

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Maria Gabriela Caetano de Oliveira

DESAFIOS PARA O FUTEBOL FEMININO: O que diz a literatura ?

Goiânia
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Maria Gabriela Caetano de Oliveira

Título do trabalho: Desafios para o futebol feminino: o que diz a literatura?

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Gabriela Caetano De Oliveira, Discente**, em 21/08/2023, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pereira Furtado**,
Professor do Magistério Superior, em 28/08/2023, às 13:43, conforme
horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº
10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código
verificador **3971035** e o código CRC **7412DAD7**.

Maria Gabriela Caetano de Oliveira

DESAFIOS PARA O FUTEBOL FEMININO: O que diz a literatura ?

Monografia apresentada à Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás como requisito para finalização do curso de Licenciatura em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Pereira Furtado

Goiânia
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Oliveira, Maria Gabriela Caetano de
Desafios para o futebol feminino: o que diz a literatura ?
[manuscrito] / Maria Gabriela Caetano de Oliveira. - 2023.
LX, 60 f.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Pereira Furtado .
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal de Goiás, Faculdade de Educação Física e Dança (FEFD),
Educação Física, Goiânia, 2023.

Inclui siglas.

1. Futebol Feminino. 2. História . 3. Desafios. 4. Mulheres. I.
Furtado , Roberto Pereira, orient. II. Título.

CDU 796



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Na data de **18/08/2023**, às **13h30min**, de forma **presencial na sala do ECOS na Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás**, iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “**Desafios para o futebol feminino: o que diz a literatura?**”, de autoria de **Maria Gabriela Caetano de Oliveira**, do curso de **Educação Física - Licenciatura**, da Faculdade de Educação Física e Dança da UFG. Os trabalhos foram instalados pelo **Prof. Dr. Roberto Pereira Furtado - orientador FEFD/UFG** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: **Profa. Ma. Jéssica de Moura Pereira - FEFD/UFG** e **Profa. Dra. Valleria Araújo de Oliveira Alarcon - CEPAE/UFG**. Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição do(a) estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de **10,0 (dez)**, tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pereira Furtado, Professor do Magistério Superior**, em 18/08/2023, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jessica De Moura Pereira, Professor do Magistério Superior-Substituto**, em 20/08/2023, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Valleria Araujo de Oliveira Alarcon, Professor do Magistério Superior**, em 21/08/2023, às 19:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3971034** e o código CRC **E2C8375D**.

Maria Gabriela Caetano de Oliveira

DESAFIOS PARA O FUTEBOL FEMININO: O que diz a literatura ?

Esta monografia foi aprovada em sua forma final

Goiânia, 18 de agosto de 2023.

Este trabalho é dedicado aos meus queridos pais, a minha irmã, avós, familiares e amigos que estiveram comigo durante toda a graduação, apoiando, incentivando, motivando e vibrando sempre com cada conquista.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus pela vida, saúde, proteção e pela oportunidade concedida de iniciar nessa trajetória acadêmica e forças para chegar até a conclusão desse ciclo.

Gostaria de agradecer a meus pais Acácio e Suely que me incentivam e motivam a ir em busca dos meus sonhos todos os dias. Agradeço a eles também por terem me dado todo o suporte financeiro e emocional que precisei, mesmo diante de todas as adversidades da vida nunca me abandonaram e sempre estavam lá para quando eu precisasse.

Agradeço a minha irmã Maria Elgênia que sempre me ouvia empolgada com as novidades da faculdade, mas também sempre estava lá para ouvir as reclamações e lamentações quando as coisas não saíam como o esperado.

Estendo os agradecimentos a toda minha família pela torcida e vibrações positivas que emanam sempre, em especial a meus tios Maria de Lourdes e Braulino, a minha prima Maria Vitória que me acolheram em sua casa durante esses anos de graduação com muito carinho e humildade.

Obrigada a todos os professores da FEFD e da UFG pelos anos de ensinamentos que me trouxeram até aqui, vocês sem dúvidas são os grandes responsáveis pela minha formação acadêmica e evolução pessoal.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Roberto Pereira Furtado por ter aceito me guiar durante o meu trabalho de conclusão de curso. Obrigada pelos ensinamentos, por toda paciência e disposição de me orientar durante esse processo.

Um agradecimento também aos professores e colaboradores do CEPAE / UFG, onde tive a oportunidade de atuar como estagiária durante o estágio obrigatório e sempre foram muito solícitos quando necessitamos. Em especial, agradeço ao Prof. Dr. Pítias Alves Lobo, que foi o nosso supervisor durante esse período e me proporcionou não apenas aproximar da realidade de atuação profissional, como também refletir e problematizar sobre esse campo. E desses momentos de regências que estivemos juntos, nos oportunizou a elaboração e publicação de dois relatos de experiências, juntamente com a Prof. Dra. Luana Zanotto que também estendo meus agradecimentos.

E por fim, gostaria de agradecer a todos os colegas e amigos de graduação, em especial, agradeço imensamente aos meus queridos amigos Glauber Henrique, Renato Julio e Luzivaldo Oliveira que estiveram comigo do início ao fim dessa trajetória. Saibam que nunca me esquecerei de todas as vezes que me incentivaram a acreditar mais em mim mesma.

“O futebol feminino depende de vocês para sobreviver. Pensem nisso, valorizem mais”.

(Marta Silva)

RESUMO

O objetivo deste estudo foi de caracterizar, à luz da produção de conhecimento acadêmico-científica, os desafios enfrentados pelo futebol feminino no Brasil, bem como descrever e comentar as medidas, políticas e legalizações adotadas pelas entidades responsáveis por organizar o futebol para promover o desenvolvimento da modalidade. Para atingir este propósito, foi descrita a história do futebol feminino no Brasil, a descrição e a reflexão sobre os desafios, e as estratégias organizacionais do futebol composto e jogado por mulheres. O estudo foi realizado utilizando da pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e de abordagem qualitativa. A busca pelas literaturas foi pelo repositório de materiais textuais acadêmicos *Google Scholar*, utilizando como descritor “futebol feminino”, restrito ao título e obras publicadas de 2013-2022. Perante a análise, foi possível averiguar que existem desafios significativos que são enfrentados pelas mulheres no futebol brasileiro que vão da sua entrada à sua permanência nessa prática. O primeiro ponto percebido e identificado nos estudos é o preconceito contra as mulheres nesse espaço, o que é apontado como precursor de todos os outros desafios. O segundo é sobre a formação de novas atletas considerando-se a falta de categorias de base e escolinhas destinadas ao público feminino e, também a escassez de competições. O terceiro diz respeito à profissionalização do futebol feminino que ainda pode ser considerado como uma modalidade amadora e um trabalho informal. E, por último, a falta de visibilidade que a mídia brasileira confere ao futebol feminino. Diante disso, algumas medidas vêm sendo adotadas pelas organizações para que a modalidade se desenvolva, porém, conclui-se que mesmo com as melhorias devido às medidas impostas, as mulheres ainda encontram entraves para acessarem, permanecerem (como jogadoras e em cargos de gestão) e se profissionalizarem nessa prática, o que demonstra que ainda há muito a se fazer.

Palavras - Chaves: Futebol Feminino; História; Desafios; Mulheres.

ABSTRACT

The objective of this study was to characterize, in light of the production of academic-scientific knowledge, the challenges faced by women's football in Brazil, as well as to describe and comment on the measures, policies and legalizations adopted by the entities responsible for organizing football to promote development. of the modality. To achieve this purpose, the history of women's football in Brazil was described, the description and reflection on the challenges, and the organizational strategies of football composed and played by women. The study was carried out using bibliographic research with an exploratory character and a qualitative approach. The search for the literature was through the repository of academic textual materials Google Scholar, using "women's football" as the descriptor, restricted to the title and works published from 2013-2022. In view of the analysis, it was possible to verify that there are significant challenges that are faced by women in Brazilian football, ranging from their entry to their permanence in this practice. The first point perceived and identified in the studies is the prejudice against women in this space, which is pointed out as a precursor to all other challenges. The second is about the formation of new athletes considering the lack of base categories and schools for the female public, and also the scarcity of competitions. The third concerns the professionalization of women's football, which can still be considered an amateur modality and informal work. And, finally, the lack of visibility that the Brazilian media gives to women's football. In view of this, some measures have been adopted by organizations for the modality to develop, however, it is concluded that even with the improvements due to the imposed measures, women still find obstacles to access, to remain (as players and in management positions) and become professional in this practice, which demonstrates that there is still much to be done.

Keywords: Women's Soccer; History; Challenges; Women

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Listas de Artigos selecionados no Google Acadêmico entre os anos de 2013 a 2022.....	19
Quadro 2 - Citações dos autores/as sobre o preconceito no futebol feminino.....	31
Quadro 3 - Citações dos autores/as sobre a falta de categorias de base no futebol feminino.....	37
Quadro 4 - Citações dos autores/as sobre a profissionalização no futebol feminino.....	40
Quadro 5 - Citações dos autores/as sobre a invisibilidade midiática conferidas às mulheres no futebol.....	44

LISTA DE SIGLAS

CBF - Confederação Brasileira de Futebol

CND - Conselho Nacional de Desporto

CONMEBOL - *Confederación Sudamericana de Fútbol*

FIFA - *Fédération Internationale de Football Association*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	17
2. HISTÓRIA DO FUTEBOL FEMININO NO PAÍS DO FUTEBOL	21
3. OS DESAFIOS DO FUTEBOL FEMININO NO BRASIL	27
3.1 CARACTERIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS PRODUÇÕES.....	27
3.2 PRECONCEITO DE GÊNERO NO FUTEBOL.....	30
3.3 CATEGORIAS DE BASE E CALENDÁRIO ESPORTIVO.....	36
3.4 PROFISSIONALIZAÇÃO DO FUTEBOL FEMININO	39
3.5 INVISIBILIDADE MUDIÁTICA CONFERIDA ÀS MULHERES NO FUTEBOL.....	44
4. FIFA, CBF E CONMEBOL: POLÍTICAS E LEGALIZAÇÕES DO FUTEBOL FEMININO	48
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	56

1. INTRODUÇÃO

No cenário mundial a identidade do Brasil está diretamente relacionada ao futebol, não é à toa que somos conhecidos mundialmente como o “país do futebol”. Esse título se coloca por inúmeras razões, entre elas posso elencar os grandes talentos futebolísticos revelados no nosso território e pela paixão que nossa nação demonstra ter por essa modalidade, vivemos e consumimos intensamente o futebol. Durante décadas esse protagonismo se figurava apenas no que se relacionava ao futebol praticado por homens, mas na contemporaneidade divide as atenções mesmo que não igualmente com o futebol feminino, que vem tentando se consolidar no cenário nacional.

Como é evidenciado por Franzini (2005), ao apresentar que o futebol feminino no Brasil vem diariamente buscando sua afirmação, reforçando que um dos motivos seja por essa prática ser considerada desde a sua origem um espaço predominantemente masculino. Desde a mais tenra idade, já somos ensinados que meninas brincam de boneca e meninos brincam de bola, pensamento e comportamento que é erroneamente repassado e hierarquizado na nossa sociedade, colaborando para ouvirmos diariamente que “futebol é coisa de homem” ou “lugar de mulher não é no futebol”.

Essa repressão sofrida pelas mulheres no futebol é um reflexo da ausência delas nessa prática durante uma grande parte da história. Uma vez que durante o século XX, as mulheres foram duramente proibidas de praticar algumas práticas esportivas, entre elas o futebol, como justificativa usaram das questões biológicas com os dizeres que a mulher era um ser frágil (FRANZINI, 2005; MOURÃO, 2000; MOURA, 2003; NUNES, 2022). Por consequência, as mulheres se viram na obrigação de abandonar os gramados por cerca de 38 anos, o que acarretou em um desenvolvimento tardio e lento do futebol feminino brasileiro (BROCH, 2021) que mesmo após passados 44 anos do fim do controle e das proibições relativas às práticas esportivas pelas mulheres, ainda é possível notar sinais de prejuízo a essa modalidade, haja vista que as mulheres precisam diariamente buscar sua aceitação dentro e fora das quatro linhas.

Ainda existem, atualmente no século XXI, muitas amarras sociais que cobram comportamento esperados aos gêneros frequentemente, mas as conquistas pelas mulheres nos últimos tempos fizeram com que sua participação aumentasse no decorrer dos anos nas práticas esportivas, em especial no futebol. Apesar disso, as desigualdades entre os gêneros nesse ambiente ainda se encontram bastante perceptíveis, apresentando oportunidades e condições diferentes para as mulheres e homens nessa prática (BROCH, 2021). O futebol feminino é uma

modalidade que ainda sofre com as consequências de um passado que se pôs a controlar e segregar às mulheres dos espaços sociais e, que acabaram se somando a uma sociedade estruturalmente patriarcal e machista.

“Como reflexo da cultura machista em meio a qual o futebol foi desenvolvido no Brasil, o cenário feminino no esporte precisou e ainda precisa lidar com muitos obstáculos. São tempos muito distintos experienciados pelo futebol masculino e feminino, pois o desenvolvimento do futebol com times formados por homens, teve por base alguns dos privilégios do gênero masculino, e não precisou lidar com a repressão com que os times femininos foram atingidos” (BROCH, 2021, p. 702).

Diante disso, torna-se importante fomentar discussões acerca do que as mulheres enfrentam na prática do futebol no Brasil, tendo em vista as amplas desigualdades entre as duas modalidades. Acredita-se que o estudo vem a ser de grande relevância para o meio social e acadêmico, auxiliando a profissionais da área, professores interessados na temática e sobretudo os consumidores do futebol que porventura destilam comentários negativos sobre a modalidade sem antes compreender todo o contexto que o futebol feminino se desenvolveu e vem se desenvolvendo no cenário nacional.

O interesse e escolha pela temática surgiu pela aproximação com o futebol, seja jogando, torcendo ou como telespectadora, a qual presencio e convivo diariamente com o descaso que o futebol feminino é tratado perante a sociedade brasileira. A partir da relevância e dessas experiências pessoais, surgiu o interesse pela pesquisa e definiu-se o objetivo do estudo, que se propõe a caracterizar, à luz da produção de conhecimento acadêmico-científica, os desafios enfrentados pelo futebol feminino no Brasil, bem como descrever e comentar as medidas, políticas e legalizações adotadas pelas entidades responsáveis por organizar o futebol para promover o desenvolvimento da modalidade.

Portanto, o presente trabalho consiste em caracterizar os desafios que as mulheres brasileiras enfrentam para praticarem o futebol no país e descrever as ações promovidas para que a modalidade se desenvolva no sentido de reverter tal quadro.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e de abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica segundo (MORESI, 2003, p.10) é um: “[...] estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicados em livros, revistas, jornais,

redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”. Esse tipo de pesquisa contribui para conhecermos sobre o estado atual do tema ou problema de pesquisa através de literaturas já publicadas e desenvolvidas por outros/as autores/as (MORESI, 2003).

Segundo Moresi (2003) e como também descrito por Marconi e Lakatos (2003), o elemento mais importante para delinear uma pesquisa bibliográfica é o estabelecimento de seus procedimentos, os quais foram seguidos na realização deste estudo, que são eles: a escolha do tema, a elaboração do projeto de pesquisa, a identificação, a localização e a compilação das fontes, o fichamento do material lido, a análise e interpretação dos dados e, por fim a redação do texto.

A seleção da literatura que aborda a respeito do futebol feminino no Brasil, foi realizada utilizando a plataforma do Google Acadêmico e aplicando como descritor a palavra-chave “futebol feminino”, selecionando as obras publicadas nos últimos 10 anos. Em uma primeira busca, foi possível identificar aproximadamente 309 resultados. Utilizamos como forma de inclusão apenas artigos publicados em revistas e obras com mais de 10 citações devido a seus graus de relevância para o estudo.

Em um primeiro momento, foi possível averiguar que as publicações mais recentes ainda não teriam sido citadas, obras que são de fundamental importância para o desenvolvimento da presente pesquisa, uma vez que essas literaturas contém informações e dados atuais sobre o objeto em estudo. Sendo assim, foi necessário que a seleção dos materiais textuais avaliados ocorresse em duas etapas:

1º - Foram levantados, a partir do descritor “futebol feminino”, os artigos publicados entre os anos de 2013 e 2020, dos quais selecionamos aqueles com mais de 10 citações e com o descritor aparecendo no título do estudo.

2º - Após a seleção dos artigos publicados entre os anos de 2013 e 2020, foram listadas e selecionadas as publicações mais recentes de 2020 a 2022 selecionando esses somente através do descritor “futebol feminino” aparecendo no título do estudo.

Após essas etapas, foi realizada uma leitura de todos os resumos e foram selecionados aqueles artigos que contemplam o objetivo proposto para o desenvolvimento deste estudo, o qual visa caracterizar os desafios do futebol feminino no Brasil apontados pela literatura. Destaca-se que 11 artigos foram selecionados para serem analisados e se encontram expostos a seguir no (Quadro 1). Está em destaque o ano de publicação, os títulos dos artigos, as/os autoras/es de cada pesquisa e os periódicos em que foram veiculadas:

Quadro 1 - Listas de Artigos selecionados no Google Acadêmico entre os anos de 2013 a 2022.

Nº	Ano	Título do Artigo	Autor (es)	Periódico
1.	2013	Preconceito no futebol feminino brasileiro: uma revisão sistemática.	(TEIXEIRA; CAMINHA).	Movimento , v. 19, n. 1, p. 265 - 287, 2013.
2.	2014	Futebol feminino: espaço de empoderamento para mulheres da periferia de São Paulo.	(PISANI).	Revista do núcleo de antropologia urbana da USP , n. 14, 2014.
3.	2015	Entre fachadas, bastidores e estigmas: uma análise sociológica do futebol feminino a partir da teoria da ação social de Erving Goffman.	(SALVINI; SOUZA; JUNIOR).	Revista Brasileira de Educação Física e Esporte , v. 29, p. 559 - 569, 2015
4.	2016	“Guerreiras de chuteiras” na luta pelo reconhecimento: relatos acerca do preconceito no futebol brasileiro.	(SALVINI; JÚNIOR)	Revista Brasileira de Educação Física e Esporte , v. 30, p. 303 - 311, 2016.
5.	2016	Mulher, mídia e esportes: a copa do mundo de futebol sob a ótica dos portais de notícias Pernambucanos.	(JANUÁRIO; VELOSO, CARDOSO)	Eptic , v. 18, n. 1, p. 168 - 184, 2016.
6.	2017	Marta em notícia: a (in) visibilidade do futebol feminino no Brasil.	(JANUÁRIO)	FuLiA/UFMG , v. 2, n. 1, p. 28 - 43, 2017.
7.	2018	“O futebol pode não ter sido profissional comigo, mais eu fui com ele”: trabalho e relações sociais de sexo no futebol feminino.	(HAAG)	Mosaico , v. 9, n. 14, p. 142 - 160, 2018.
8.	2021	Histórico do futebol feminino no Brasil: considerações acerca da desigualdade de gênero.	(BROCH)	Temporalidades , v. 13, n. 1, p. 695 - 705, 2021.
9.	2021	“Coisa de menino” e “coisa de menino” ? Uma leitura do preconceito de gênero pela perspectiva dos praticantes de balé clássico masculino e futebol feminino.	(NUNES <i>et al</i>)	Sociologias Plurais , v. 7, n. 3, 2021.
10.	2022	Relações de Gênero e Empoderamento do Futebol feminino.	(SALES <i>et al</i>)	Revista Científica Gênero na Amazônia , n. 19, p. 177 - 186, 2022.
11.	2022	Percepção das atletas do futebol feminino em relação à prática da modalidade no Brasil.	(SILVA; SECCO; NAKANO)	Research, Society and Development , v. 11, n. 7, p. e3511729418- e3511729418, 2022.

Fonte: Produção Autoral

Para além dos artigos selecionados, também foram usadas outras fontes na elaboração do quarto capítulo, principalmente, as vinculadas à imprensa e a documentação oficial da FIFA, CBF e CONMEBOL para descrever sobre as medidas, políticas e legalizações adotadas por essas entidades para promover o desenvolvimento do futebol feminino.

Apoiado no entendimento de que para interpretarmos a realidade e vida social a qual estamos inseridos é necessário termos uma compreensão sócio-histórica, iniciamos essa pesquisa por descrever a historicidade do futebol feminino no Brasil. À vista disso, o próximo capítulo trata de forma breve de como o futebol chegou em terras tupiniquins e como as mulheres lutaram pelo acesso e permanência na prática, paralelamente, sobre a relação e envolvimento que as mulheres tiveram historicamente com o esporte.

Logo após, são apresentados os resultados a partir da análise da coleta de dados dos artigos selecionados. Neste ponto, foram elencados os desafios que foram citados durante as literaturas de forma mais frequente e as argumentações desses e de outros autores/as a respeito desses desafios. Para finalizar, foi descrito e comentado sobre as medidas, políticas e legalidades que as organizações responsáveis por organizar o futebol implementaram para que a modalidade possa superar os desafios de modo que o futebol feminino se desenvolva no país.

2. HISTÓRIA DO FUTEBOL FEMININO NO PAÍS DO FUTEBOL

Dentre todas as modalidades esportivas existentes, o futebol é o esporte mais popular e com uma maior adesão de praticantes no Brasil, faz parte e é uma das principais manifestações da cultura brasileira. Apesar disso, sua origem não se deu no Brasil, atualmente predomina a teoria de que o “pai” do futebol no Brasil seja Charles Miller, jovem brasileiro que ao retornar da Inglaterra em 1894 trouxe consigo na bagagem alguns materiais necessários para que a prática fosse introduzida no país, como bolas, chuteiras, uniformes e outros (BROCH, 2021).

De forma pedagógica o futebol é um jogo coletivo e classificado como um esporte de invasão, trata-se de uma prática sistematizada, com regras e objetivos definidos, mas no meio social se apresenta de várias formas. Nos dias atuais, é possível encontrar indivíduos de diferentes classes sociais, idade, etnia, raça e gênero, jogando futebol em todos os lugares da sociedade, em ambientes informais e formais, como no quintal de casa, nas ruas, escolas, clubes e escolinhas de futebol. Porém, apesar de hoje o futebol ser um dos maiores fenômenos socioculturais do nosso país, vale destacar que seu início se deu de forma excludente e longe de ser uma prática democrática de livre acesso a todas as camadas sociais, pois, inicialmente o futebol “[...] estava vinculado a um recorte específico de gênero, classe e raça: era restrito aos homens ricos e brancos, pertencentes às elites brancas. Aos pobres, negros e mulheres, a prática do futebol não era permitida” (BROCH, 2021, p. 697).

Entretanto, com o passar do tempo, outros sujeitos foram sendo incluídos na prática do futebol, o que ocorreu devido à falta de jogadores pertencentes à elite para a quantidade de times que estavam sendo formados. Decorrente disso, passaram a fazer parte também do quadro de jogadores dos times de futebol os trabalhadores das fábricas, conhecidos naquele tempo como os operários, sendo eles negros e pobres (PISANI, 2014; BROCH, 2021). Já as mulheres, inseridas em um contexto social patriarcal e conservador, eram segregadas e excluídas dos espaços sociais, incluindo os locais destinados às práticas esportivas que se estendeu até o final do século XIX (GOELLNER, 2005, 2008). Naquele contexto sócio-histórico, as mulheres tinham locais e papéis definidos na sociedade (BROCH, 2021), algo que ainda segue em discussão nos dias de hoje, visto que o papel da mulher na sociedade é sempre questionado.

Foi a partir dos primeiros anos do século XX que as mulheres começaram a sair dos espaços privados para estar presente nos espaços públicos e, por conseguinte, houve um aumento considerável de mulheres no campo esportivo (GOELLNER, 2005, 2008). Muito decorrente dos movimentos higienista e da eugenia instaurados no Brasil naquela época, que

tinha como princípio transformar os sujeitos em seres fortes e saudáveis em busca do fortalecimento da nação (MOURA, 2003; GOELLNER, 2008).

O desenvolvimento da cidade, da nação, dependia de indivíduos que estivessem ajustados aos preceitos de tal gerenciamento. E, para tanto, era necessário investir num aspecto que os higienistas já defendiam, ou seja, o melhoramento das condições de vida das camadas populares, pois estes não poderiam continuar naquele estado de inércia, insalubridade e pauperização. Defender uma urbanização "sadia" era a base para se obter uma nação formada por uma raça forte e desbravadora. Os métodos de "asepsia" para o controle social, utilizados na primeira década do Século XX, não se enquadravam mais nesse novo cotidiano urbano. Precisava-se de novas fórmulas, métodos e técnicas para isso, sendo a eugenia o remédio que iria determinar uma nova concepção corporal, baseada na "cientificidade" e que pregava a educação no lugar da coerção (MOURA, 2003, p. 23).

Contudo, os médicos, educadores e intelectuais daquela época, tomaram como discurso científico as ideias e concepções da eugenia¹ (MOURA, 2003). Segundo Lino Castellani Filho (1988, p. 56):

o raciocínio era simples: mulheres fortes e sadias teriam mais condições de gerarem filhos saudáveis, os quais, por sua vez, estariam mais aptos a defenderem e construir a Pátria, no caso dos homens, e de se tornarem mães robustas, no caso das mulheres (FILHO, 1988, p. 56).

Segundo o próprio autor, esse ideário contribuiu com os estereótipos frente ao gênero feminino e ao papel da mulher na sociedade de ser destinada à maternidade, de ser somente mãe.

Nesse viés, a Educação Física passa a ser compreendida como uma importante ferramenta na formação desse indivíduo forte e saudável (FILHO, 1988; GOELLNER, 2008).

Considerado como caráter aristocrático, familiar e saudável o esporte passa a ser recomendado como uma prática que possibilita o desenvolvimento orgânico e social dos indivíduos tornando-os mais fortes e conscientes de seus deveres para com a sociedade e a Nação (GOELLNER, 2008, p. 3).

Apesar disso, a imagem da mulher estava associada à beleza, graciosidade, doçura e a uma mulher materna, o exercício físico e/ou práticas esportivas não poderia descaracterizar ela desse padrão. Segundo Moura (2003), as matérias e artigos nas revistas daquele período, abordavam a respeito dos efeitos negativos que a prática de exercício físicos poderiam trazer para a maternidade e o futuro de uma nova raça², alertando assim, para que as mulheres

¹ Eugenia é definida aqui como um “[...] movimento político-científico que visava ampliar as qualidades daqueles que ainda estavam para nascer” (GOELLNER, 2008).

² De acordo com o dicionário crítico de Educação Física, ao conceituar o termo eugenia, nos expõem que: “Embora eugenia fosse sinônimo de eugenia da raça para os higienistas brasileiros do início do século 20, é interessante

evitassem práticas que fossem de virilidade e de força. No entanto, as recomendações naquele momento eram de que as mulheres deveriam ser incentivadas à prática de exercício físico, mas ao mesmo tempo, esses exercícios deveriam ser controlados para que mantivessem o cuidado para não exceder sua natureza feminina (GOELLNER, 2008).

As modalidades que foram indicadas ao gênero feminino eram aquelas que fossem compatíveis com o corpo feminino, com o objetivo de preservar e manter a manutenção de suas características, são exemplos dessas práticas a natação, ginástica e a dança (MOURA, 2003). Mas, a partir dos anos 30, as mulheres começaram a explorar outras práticas esportivas para além dessas mencionadas, como o futebol (MOURA, 2003). Ainda que, as literaturas a respeito da historicidade do futebol excluam e quase não apresentem discussões a respeito da participação da mulher nessa modalidade no país (FRANZINI, 2005; PISANI, 2014; BROCH, 2021), se sabe que nesse período a mulher transitou do papel de apenas assistente e espectadora dessa prática pelos homens (MOURA, 2003; FRANZINI, 2005) para também adentrar aos gramados como jogadoras de futebol (FRANZINI, 2005).

Essa prática se intensificou no ano de 1940 e, embora os registros sejam escassos, autores/as como Moura (2003), Franzini (2005) e Nunes (2022) apresentam que os veículos de comunicação impressa daquela época encontrados, relatam o surgimento de vários times de futebol feminino no Rio de Janeiro nesse período. Os autores/as citam como exemplo as equipes denominadas de Cassino Realengo e o Benfica F. C., que estavam localizadas nos subúrbios cariocas. Não demorando muito para que o futebol feminino também passasse a estar presente em outras camadas sociais (MOURA, 2003). Vários jogos, campeonatos e torneios foram sendo organizados, por consequência, o futebol feminino foi ganhando destaque e cobertura nos jornais esportivos, obtendo mais visibilidade ainda quando foi promovida uma partida no Pacaembu em São Paulo (NUNES, 2022).

No entanto, a partir do momento que essa prática pelas mulheres foi crescendo e ganhando destaque, crescia também as críticas e questionamento a respeito do futebol feminino (NUNES, 2022). Alguns sujeitos, atentos às práticas esportivas no país, não vinham com bons olhos o crescimento dessa modalidade, como José Fuzeira, um mero cidadão brasileiro que chegou a escrever uma carta destinada ao presidente Getúlio Vargas em 25 de abril de 1940, para alertar o então chefe de estado, sobre a calamidade que estava para acontecer com as mulheres devido ao crescimento do futebol feminino (MOURA, 2003; FRANZINI, 2005).

ressaltar que o uso do termo raça não se refere à etnia, mas sim às características físicas e mentais, como um todo (GONZÁLEZ; FENSTERSEIFER, 2008, p. 186).

Solicitar a clarividente atenção de V. Ex. para que seja conjurada uma calamidade que está prestes a desabar em cima da juventude feminina do Brasil. Refiro-me, Snr. Presidente, ao movimento entusiasta que está empolgando centenas de môças, atraindo-as para se transformarem em jogadoras de futebol, sem se levar em conta que a mulher não poderá praticar êsse esporte violento, sem afetar, seriamente, o equilíbrio fisiológico das suas funções orgânicas, devido à natureza que dispoz a ser mãe... Ao que dizem os jornais, no Rio, já estão formados, nada menos de dez quadros femininos. Em S. Paulo e Belo Horizonte também já estão constituindo-se outros. E, neste crescendo, dentro de um ano, é provável que, em todo o Brasil, estejam organizados uns 200 clubes femininos, de futebol, ou seja: - 200 núcleos destroçadores da saúde de 2.200 futuras mães que, além do mais, ficarão presas de uma mentalidade depressiva e propensa aos exibicionismos rudes e extravagantes (FRANZINI, 2000, p. 53 apud MOURA, 2003, p. 37-38).

A carta chamou a atenção do presidente que a encaminhou para a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, que repassou para a Medicina Especializada que concordou com o pensamento de José Faria, declarando apoio contra as mulheres na prática do futebol (FRANZINI, 2005). As argumentações eram sempre as mesmas, de que a mulher era um ser frágil e o futebol poderia causar danos a seu organismo (NUNES, 2022). A preocupação era ainda mais acentuada na questão de que essa prática poderia afetar a capacidade da mulher de gerar filhos, de ser mãe (FRANZINI, 2005; MOURA, 2003).

Todos os posicionamentos contrários ao futebol feminino, acabaram resultando em medidas severas à prática dessa modalidade pelas mulheres. As autoridades passaram a não só mais controlar as práticas esportivas para as mulheres devido aos princípios da eugenia, como também passou a regular por lei os esportes que poderiam ser praticados por elas (MOURÃO, 2000). Algumas modalidades que já eram indiretamente proibidas à participação feminina, passaram a ser proibidas de forma direta, por lei, durante o governo de Getúlio Vargas (GOELLNER, 2008).

A era Vargas foi marcada por um governo ditatorial, que controlou e teve influência em vários âmbitos sociais, entre eles o campo esportivo (GOELLNER, 2008; NUNES, 2022). Foi no governo de Vargas que foi sancionado o Decreto - Lei N° 3199 no dia 14 de abril de 1941, o qual foi responsável por estabelecer as bases para a organização dos esportes no Brasil naquela época. O decreto dispunha no Art. 54 que:

Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo para este feito o Conselho Nacional de Desporto baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país (BRASIL, 1941).

Embora o decreto não especificasse as práticas esportivas proibidas, se tinha claro naquele momento, diante de todo o cenário, que o futebol feminino era uma dessas práticas

atingidas (MOURA, 2003; BROCH, 2021). Mesmo com a proibição, as mulheres continuaram jogando o futebol de forma clandestina nas periferias e nos campos de várzea conforme assinala Broch (2021). Segundo a autora, esse ato de resistência por parte das mulheres foi o que permitiu manter o futebol feminino vivo, já que o estado não conseguia realizar um monitoramento efetivo contra essa modalidade.

Em 1965 o futebol feminino sofreu outra dura medida, a modalidade não se livrou das consequências da ditadura militar, logo no início o CND aprovou a deliberação nº 7 que continuava proibindo as mulheres a prática de algumas modalidades esportivas (MOURA, 2003; SALVINI; JÚNIOR, 2016; BROCH, 2021). Porém dessa vez, o CND especificou os esportes proibidos, eram eles “[...] a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo aquático, pólo, rugby, halterofilismo e baseball” (SALVINI; JUNIOR, 2016, p. 303). Esse foi o período mais severo da proibição, algumas mulheres chegaram a ser presas por não seguir com a normativa deliberada pelo conselho e sancionada pelo presidente (BROCH, 2021). Naquele momento a prática do futebol pelas mulheres:

passou a ser visto pelo CND como uma prática ilícita somente quando deu sinais de que poderia estruturar-se como uma modalidade esportiva feminina, conquistando mais autonomia perante os homens e fazendo reivindicações que até então eram restritas ao futebol masculino. O CND “entrou em campo” e fez com que a lei fosse cumprida, antes que fosse tarde demais, quando aquelas experiências isoladas passaram a representar um afronte aos costumes sociais da época que restringiam a mulher ao espaço privado, vigiavam a vestimentas e disciplinavam o seu corpo feminino. Nesse sentido construiu-se discurso que a prática do futebol não era condizente com a mulher - principalmente se jogado com chuteiras! (RIGO, 2008, p. 183 apud SALVINI; JÚNIOR, 2016, p. 97).

A presença das mulheres no futebol só passou a ser permitida no final de 1979 quando o CND revogou o decreto da proibição que estava em vigor desde 1941 (MOURA, 2003). Cerca de 38 anos de proibição a qual as mulheres foram vedadas de praticar o futebol e outras modalidades esportivas. O fator contribuinte para que a presença feminina na prática do futebol no Brasil fosse possível, foi influenciada pelo crescimento do futebol feminino internacionalmente (REIS, 1998 apud MOURA, 2003).

Mesmo diante disso, as mulheres ainda ocupavam um lugar de coadjuvante na prática do futebol. A preocupação com a “natureza feminina” ainda era um aspecto levado em consideração pelo conselho, pois, após normalizar a prática do futebol feminino, o CND criou um regulamento específico para a modalidade pensando nesse fator, tinha por exemplo que o campo para a prática do futebol pelas mulheres teria dimensões menores em comparação aos praticados pelos homens (MOURA, 2003). O futebol feminino tomou proporções maiores em

meados dos anos 80 no Brasil, em destaque, a literatura apresenta o time do Esporte Clube Radar, o qual foi importante impulsionador da modalidade no cenário nacional, demonstrando uma organização maior em relação aos outros times (MOURA, 2003; SALVINI; JUNIOR, 2013).

A Seleção Feminina de Futebol foi criada pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) em 1991 para participar do primeiro mundial feminino realizado na China no mesmo ano (MOURA, 2003; NUNES *et al.*, 2021). A Seleção não obteve um bom resultado, sendo eliminada já na primeira fase. Vale destacar aqui que a Seleção Feminina só foi criada 77 anos depois da criação da Seleção Masculina de Futebol no nosso país, que foi formada em 1914 e, naquela altura, já eram tricampeões mundiais.

O mundial realizado na China, foi a primeira Copa do Mundo de Futebol Feminino (MOURA, 2003), de lá pra cá já foram realizados nove mundiais, a Seleção Brasileira participou de todas as edições até agora, alcançando seus melhores resultados em 1999 nos Estados Unidos quando ficou em terceiro lugar e, em 2007 na China quando teve sua melhor colocação, ficando com o vice-campeonato. A Seleção Feminina participou dos Jogos Olímpicos pela primeira vez em 1996, em Atlanta, quando a modalidade foi inserida nos jogos (MOURA, 2003; NUNES *et al.*, 2021), na ocasião, ficou em quarto lugar, o que foi considerado na época um feito histórico (MOURA, 2003), de lá pra cá, assim como no mundial, participou de todas as Olimpíadas.

As competições continentais como a Copa América de Futebol Feminino foi realizada pela primeira vez em 1991, a seleção é a maior vencedora com oito títulos dos nove disputados até agora. A Copa Libertadores aconteceu pela primeira vez em 2009, e o Campeonato Brasileiro apenas em 2013 (NUNES *et al.*, 2021).

3. OS DESAFIOS DO FUTEBOL FEMININO NO BRASIL

Antes de apresentar e analisar os desafios do futebol feminino, foi realizado no primeiro subtópico deste capítulo a caracterização e apresentação das produções científicas selecionadas. Apresentando as características dos dados e periódicos, assim como os objetivos e resultados das produções. Enquanto os demais subtópicos apresentam e analisam os desafios do futebol feminino apontados na literatura selecionada.

3.1 CARACTERIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS PRODUÇÕES

Através da seleção e categorização dos artigos selecionados para análise, percebemos uma escassez de estudos a respeito do futebol feminino brasileiro nos periódicos de áreas relacionadas à Educação Física. Dentre as 11 produções científicas identificadas, apenas 3 foram publicadas em revistas com área de conhecimento da Educação Física (TEIXEIRA; CAMINHA, 2013, SALVINI; SOUZA; JÚNIOR, 2015 e SALVINI; JUNIOR, 2016). Mas, é importante destacar que a seleção das literaturas não teve como critério trabalhos nos periódicos específicos da Educação Física, o que pode justificar essa escassez de estudos selecionados nesta área.

Posto isso, dentre os 11 estudos, 9 foram publicados em periódicos nacionais, como Revista Movimento; Ponto.Urbe; Revista Brasileira de Educação Física; FuLiA/UFMG; Mosaico; Temporalidade; Sociologia Plurais e Revista Científica Gênero na Amazônia. Enquanto 2 pesquisas foram publicadas em periódicos internacionais (JANUÁRIO; VELOSO; CARDOSO, 2016 e SILVA; SECCO; NAKANO, 2022), estes periódicos são EPTIC³ e Research, Society and Development⁴.

Partindo para apresentar as produções selecionadas para análise, é possível constatar que existe uma diferenciação e variação de métodos utilizados no decurso dos trabalhos. Porém, todos os trabalhos apresentam como objeto de estudo o futebol feminino brasileiro em diferentes perspectivas, cenários e contextos. Mas, apesar de todas as produções científicas

³ EPTIC: se refere a revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (Universidade Federal de Sergipe / UFS), tem por finalidade promover um espaço de diálogo entre a EPC e outros campos acadêmicos.

⁴ Research, Society and Development: se refere a revista Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, e tem por finalidade a promoção do desenvolvimento social, científico e tecnológico por meio de pesquisas de diferentes áreas do conhecimento.

serem focadas no futebol feminino, é possível averiguar que todas possuem objetivos de estudos diferentes.

Teixeira e Caminha (2013, p. 267) através de uma revisão sistemática da literatura, teve como objetivo de estudo, identificar “[...] as condições de existência do preconceito de gênero no contexto do futebol feminino e discutir os aspectos sócio-culturais que as fundamentam”. Os estudos selecionados estavam divididos em três abordagens da manifestação do preconceito contra as mulheres no contexto do futebol, sendo elas histórica, pedagógica e psicossocial. Os autores conseguiram evidenciar que o preconceito está presente no futebol feminino e se manifesta de várias maneiras.

Também na discussão sobre o preconceito, Nunes *et al.* (2021, p. 295), a partir da percepção dos próprios sujeitos investigados, apresentaram como objetivo de estudo “[...] evidenciar o preconceito sofrido por homens no balé clássico e mulheres no futebol”. Práticas diferentes, mas que são consideradas pelos pesquisadores muito estereotipadas no quesito gênero. Verificaram a existência do preconceito nas duas modalidades e que ambas sofrem com barreiras parecidas devido a esse fator. Também, evidenciam que existe mais mulheres praticando o futebol no Brasil que homens praticando balé, mas por outro lado as oportunidades profissionais são menores para as mulheres no futebol.

Salvini, Souza e Júnior (2015, p. 559) realizaram um estudo empírico e teórico com o objetivo de “[...] problematizar sociologicamente a participação feminina no universo futebolístico brasileiro, de modo a avançarmos no entendimento de como se constroem e se reconstróem algumas representações e estigmas do corpo feminino no contexto dessa prática esportiva”. O estudo conclui que os estereótipos se constroem e se sustentam a partir de uma representação feminilizada que se pretende passar para as pessoas sobre o futebol feminino.

Salvini e Junior (2016, p. 304) por meio de algumas entrevistas, teve como objetivo “[...] descrever e analisar relatos acerca das dificuldades e motivações enfrentadas por jogadoras de futebol no Brasil”. Segundo as investigações, os grandes desafios enfrentados pelas mulheres no futebol feminino brasileiro são o preconceito de gênero e a falta de incentivo para a modalidade. As entrevistadas se autodenominam como guerreiras, por tudo que enfrentam e suportam para se manter inseridas nesse meio.

A investigação de Broch (2021, p. 696) propôs “[...] observar os reflexos da desigualdade de gênero existente no meio futebolístico, considerando para isto uma perspectiva histórica”. Fazendo uma contextualização histórica da chegada do futebol ao país e, como ele foi se desenvolvendo ao longo dos anos. Destacando assim, as desigualdades existentes entre o futebol praticado por homens e o futebol praticado pelas mulheres, assim como, apresentando

suas consequências para a modalidade. Identificado que as desigualdades estão nos incentivos sociais e institucionais que são mínimos no feminino, na diferença em apoio inicial de treinamento de base, desigualdade salarial e em estruturas, o que resulta na falta de investimento para a modalidade feminina.

Pisani (2014, p. 2) se propõe através de suas observações, relatos e vivências com jogadoras de futebol, que em sua maioria são negras e de baixa renda, participantes de um time amador e um projeto social, evidenciar “[...] como elas enfrentam, superam e se empoderam através das suas práticas cotidianas nesse esporte”. O time amador aparece como sendo um espaço de sociabilidade e de lazer para essas mulheres que têm no futebol a possibilidade de modificar as suas situações de violência doméstica, que são vivenciadas pela maioria delas. Mas, elas precisam lidar com algumas dificuldades como a falta de patrocínio, falta de materiais esportivos e a inexistência de treinos e jogos com categorias adequadas à faixa etária de cada atleta. O projeto social, por partir de uma iniciativa privada, oferece todo suporte e recursos necessários. No entanto, acolhe apenas meninas de 13 a 15 anos por um período curto, de no máximo um ano.

No campo da profissionalização, Haag (2018, p. 142) propôs através de entrevistas com duas ex-jogadoras de futebol “[...] analisar o processo de profissionalização, ou ainda as tentativas de profissionalização, do futebol feminino, considerando as especificidades do esporte e a condição da mulher no campo esportivo”. Caracterizando o trabalho das jogadoras no Brasil como um trabalho informal, de atletas não profissionais, consequentemente, é um trabalho amador. Destacando ainda, a distância e diferença salarial entre os jogadores de futebol masculino e as jogadoras de futebol feminino no país.

Silva, Secco e Nakano (2022, p. 3) propuseram um estudo para “[...] compreender a percepção das atletas praticantes de futebol feminino brasileiro acerca da motivação e aspectos que favorecem a inserção e prática esportiva, bem como as dificuldades e desafios na profissionalização”. Verificou-se também, que o incentivo para a prática do futebol vem da família e pela possibilidade de jogar de forma remunerada. Os desafios listados são falta de suporte, falta de recursos e incentivo referente a formação de novas atletas, a competições, condições adequadas de trabalho, diferença salarial e o machismo vivenciado.

No campo midiático as autoras Januário, Veloso e Cardoso (2016) e Januário (2017), falam sobre a falta de visibilidade midiática no futebol feminino, visando em suas produções analisar como foi realizada a cobertura da Copa do Mundo de Futebol Feminino ocorrida em 2015, no Canadá pelos portais de notícias Pernambucanos. Cada estudo analisou cinco portais de notícias diferentes. A investigação de Januário, Veloso e Cardoso (2016) teve por finalidade

saber qual foi a visibilidade alcançada e qual o comportamento adotado pelos canais na cobertura da Copa do Mundo de Futebol Feminina. E o segundo estudo, teve como foco em sua análise a jogadora Marta, com o objetivo de compreender como se dá a invisibilidade da mulher na mídia, no esporte e no futebol. Ambas pesquisas, destacam que a Copa do Mundo de Futebol Feminino e a Seleção Feminina não teve a devida visibilidade e reconhecimento nos portais de notícias. Muito pelo contrário, houve muita negligência, escassez de materiais e matérias breves, abordagem sexistas, marcado por comparações entre a Seleção Feminina e a Seleção Masculina, assim como, comparações entre jogadores e jogadoras (JANUÁRIO; VELOSO; CARDOSO, 2016; JANUÁRIO, 2017).

Por fim, o estudo de Sales *et al* (2021, p. 178) foi realizado a partir de uma roda de conversa e entrevista com 8 mulheres, que fazem parte de um time amador de futebol da comunidade de Trindade, no Estado do Pará, objetivou em suas investigações a compreender “[...] as formas de sociabilidade, as relações de gênero, os diferentes papéis sociais exercidos e o empoderamento dessas mulheres a partir do futebol feminino”. Foi verificado ainda, que para permanecer no futebol elas precisam enfrentar e lidar com a rejeição por parte dos maridos, a falta de apoio, o preconceito, as limitações físicas, falta de espaço e tempo devido aos afazeres domésticos. Mas, apesar desses desafios, o futebol tem sido para essas mulheres um elo de sociabilidade, interação social, lazer, fortalecimento de vínculos, empoderamento e liberdade.

Para finalizar a apresentação das produções científicas que foram selecionadas, podemos elencar e enumerar que existem desafios significativos que são enfrentados pelas mulheres no futebol brasileiro. Entretanto, os próximos subtópicos subsequentes serão destinados a comentar sobre esses desafios, sendo eles: 1º Preconceito de Gênero no Futebol; 2º Categorias de Base e Calendário Esportivo; 3º Profissionalização do Futebol Feminino; 4º Invisibilidade Midiática Conferida às Mulheres no Futebol.

3.2 PRECONCEITO DE GÊNERO NO FUTEBOL

Boa parte das produções científicas selecionadas, destacam e nomeiam o preconceito de gênero como sendo um dos principais desafios encontrados no futebol feminino brasileiro (TEIXEIRA; CAMINHA, 2013; PISANI, 2014; SALVINI; SOUZA; JÚNIOR, 2015; SALVINI; JUNIOR, 2016; BROCH, 2021; NUNES *et al*, 2021; SALES *et al*, 2021) em que apresentam o preconceito como sendo um fator recorrente na vida das jogadoras de futebol, mas não só delas (BROCH, 2020) como de qualquer mulher envolvida nesta prática, como

jogadoras, árbitras, dirigentes, repórteres esportivas e torcedoras, as quais constantemente precisam lidar com comentários machistas, misóginos, sexistas e preconceituosos.

Quadro 2 - Citações dos autores/as sobre o preconceito no futebol feminino

(TEIXEIRA; CAMINHA, 2013, p. 282)	“[...] identificamos que as formas de preconceito mais evidentes no contexto do futebol feminino são a segregação, a exclusão, o cerceamento da mulher em determinadas práticas esportivas consideradas femininas, limitação na escolha das práticas esportivas, erotização do corpo feminino e vigilância sobre a identidade de gênero das atletas”.
(PISANI, 2014, p. 3)	“Boa parte das análises feitas sobre a prática do futebol descreve a modalidade esportiva como espaço de não inclusão das mulheres e de perpetuação de preconceitos sexistas. Até hoje mulheres e futebol foram compreendidos como dicotomias, colocados em lados opostos e não complementares” .
(SALVINI; SOUZA; JÚNIOR, 2015, p. 566)	“a região de fachada do futebol [...], visa o reforço da apresentação do gênero feminino estereotipado, principalmente se considerarmos o contexto histórico de preconceito de cunho sexista que se impõe sobre as praticantes de futebol no Brasil”.
(SALVINI; JUNIOR, 2016, p. 304)	“O preconceito “nos dá impressão de estar na ordem das coisas” quando se trata de futebol feminino brasileiro”.
(BROCH, 2021, p. 704)	“O preconceito enfrentado pelas mulheres no futebol é carregado há mais de um século, e por consequência, muitos reflexos da opressão sofrida se mostram atualmente”.
(NUNES <i>et al</i> , 2021, p. 304)	“Observa-se que as mulheres indicam sofrer com maior frequência o julgamento preconceituoso na maioria dos grupos sociais [...]. Como mulheres, as atletas sofrem os estigmas de fragilidade e incapacidade impostos pelo machismo estrutural na sociedade. Os atletas, de um modo geral, já têm essa visão de inferioridade das mulheres, estendendo seus preconceitos às jogadoras de futebol”.
(SALES <i>et al</i> , 2021, p. 181)	“As entrevistadas relataram que enfrentam preconceito por praticá-lo, uma vez que ele ainda é visto como uma exclusividade masculina, relegando-as às atividades do lar”.

Fonte: Produção Autoral

Apesar de todos esses autores/as mencionados terem elencado o preconceito como um dos desafios encontrados no futebol feminino brasileiro, apenas (TEIXEIRA; CAMINHA, 2013; SALVINI; SOUZA; JÚNIOR, 2015; SALVINI; JUNIOR, 2016 e NUNES *et al*, 2021) debruçaram os seus estudos sobre esse fenômeno, que tem alguns significados de acordo com o dicionário Aurélio Holanda (2009), o qual define que:

Preconceito é qualquer opinião ou sentimento, sem exame crítico, sentimento hostil, de intolerância, tem um cunho negativo, ruim e grosseiro. Podemos considerar o preconceito como uma atitude discriminatória, indica um conhecimento pejorativo de alguém, ou de um grupo social (HOLANDA, 2009, p. 1380).

Em linhas gerais, podemos compreender que o preconceito é como um julgamento, sentimento ou opinião negativa sobre algo, indivíduo ou algum grupo social. No entanto, entende-se pela definição acima que o preconceito está presente de várias formas e em vários contextos da sociedade, como no futebol, mas especificamente contra as mulheres envolvidas nessa modalidade, que costumam diariamente escutar por exemplo que “futebol não é coisa de mulher”, ilustrando bem um ato preconceituoso.

Entretanto, para compreendermos a respeito do preconceito de gênero no futebol, torna-se pertinente a conceituação e reflexão do termo "gênero". Para Bonfim (2012, p. 37 apud ROSA, 2020, p. 105), “Gênero é o que “determina” aquilo que culturalmente seriam características do ser “masculino” e “feminino”: forma física, anatomia, maneira de se vestir, falar, gesticular, enfim, as atitudes, os comportamentos, os valores e os interesses de cada gênero [...]”. Sendo assim, o mesmo deve ser entendido aqui não apenas como uma questão biológica, mas dentro de uma perspectiva de construção social.

“Não se nasce mulher; torna - se mulher”, frase dita pela pesquisadora, escritora, filósofa e ativista Simone de Beauvoir, que tomou grande repercussão no mundo (LOURO, 2008). Segundo a autora, não se trata de nascer mulher, mas sim, de uma construção, de se fazer enquanto mulher a partir dos marcadores sociais e culturais que se dão ao longo de toda a vida.

No que tange essa questão, recorro aqui às reflexões apresentadas pela professora e importante pesquisadora que discorre sobre essa temática, Guacira Louro (2008, p. 18), ao trazer que:

A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo (LOURO, 2008, p. 18).

A partir dessa definição, compreendemos que a autora descreve que o gênero, assim como a sexualidade, é fruto de uma construção social, que se constroem em diferentes esferas, tanto sociais quanto culturais, como na escola, igreja, família e outras instituições, as quais atuam como importantes espaços no processo de construção dos gêneros e das sexualidades. Assim, as relações de gênero são construídas e mudam de acordo com a sociedade e o tempo, refletindo na forma como lidamos com as diferenças de sexo e gênero (SALES *et al.*, 2021). Nos formamos como mulheres e homens durante nossa vida através dos moldes sociais e ensinamentos do que são certos e errados para se exercer cada gênero que nos são impostos.

Para Bandejas e Seffner (2013, p. 249), “o conceito de gênero nos mostra (...), como as diferentes instituições sociais são produzidas por pressuposto de gênero ao mesmo tempo que participam nas produções de gênero”. Os autores citam como exemplo dessa associação de gênero com as instituições sociais, os esportes, em específico o futebol. Logo, então, podemos compreender que o futebol é tido como uma prática masculina, não por uma questão biológica, e sim por um viés de construção social e cultural.

Retornando para a discussão da concepção de preconceito, Teixeira e Caminha (2013) utilizam para nortear a reflexão sobre o preconceito em seu estudo, as noções do filósofo Michel Foucault (2006), sobre normalidade e anormalidade, que dentro do contexto da nossa investigação, seria a existência do que é normal e anormal nas condutas, funções e comportamentos destinados ao sexo feminino e ao masculino. Ao sair dessa normalidade pré-concebida sobre o gênero, ocorre a manifestação do preconceito (TEIXEIRA; CAMINHA, 2013). Ou seja, jogar futebol pelas mulheres estaria na noção de anormalidade, do que não seria normal a ser feito por nós mulheres, (PISANI, 2014) tendo em vista a ser uma atividade considerada historicamente destinada aos homens.

Os autores Teixeira e Caminha (2013), identificam dois pontos importantes nas suas investigações a serem mencionados. O primeiro, que eles analisaram que os autores/as dos estudos investigados reconhecem a existência do preconceito contra as mulheres no esporte acontecendo em diferentes ambientes da sociedade e, o segundo, que os autores/as buscam por explicar essa manifestação do preconceito no futebol feminino através de uma perspectiva histórica. Isso significa, e nos leva a deduzir, que o preconceito com as mulheres no futebol acontece nas instituições educacionais, nas escolinhas de futebol, nos meios informais como nas ruas, entre outros espaços esportivos, os quais as mulheres são alvos de preconceito devido a um contexto histórico.

A história do futebol no Brasil como apresentado anteriormente, (TEIXEIRA; CAMINHA, 2013) é vinculada a segregações como a exclusão das mulheres do futebol, a políticas de controle como as proibições adotadas por lei e os estereótipos criados em relação às mulheres. De acordo com Teixeira e Caminha (2013), ao longo dessas proibições e segregações que as mulheres sofreram no esporte, é possível perceber sinais de modelos esportivos considerados aptos para a mulher praticar, como por exemplo o vôlei, ginástica e a dança. Esse contexto, fez com que outros esportes como o futebol, (SALES *et al.*, 2021) ficasse conhecido como exclusivo aos homens, (TEIXEIRA; CAMINHA, 2013) sustentados por argumentos científicos e biológicos, como os dizeres que a mulher é sexo fragil.

Conforme apresenta Teixeira e Caminha (2013), assim como Pisani (2014), o fato do mito do sexo frágil, contribuiu para a separação dos esportes para a prática feminina e masculina. Mas, além disso, contribuiu também na construção e criação de estereótipos relacionados ao corpo feminino os quais se perpetuam ainda nos dias de hoje (TEIXEIRA; CAMINHA, 2013).

Historicamente, as mulheres foram vistas como seres dóceis, frágeis, associadas à maternidade (PISANI, 2014), um ser delicado e, essas características são as consideradas “normais” para o corpo feminino (TEIXEIRA; CAMINHA, 2013). No entanto, como o futebol é tido como uma prática de virilidade, força, destinada ao sexo masculino (TEIXEIRA; CAMINHA, 2013), a mulher ao se inserir nesse contexto estaria fugindo da “normalidade” considerada para os corpos femininos, (PISANI, 2014; SALES *et al.*, 2021) tendo sua sexualidade questionada e, acarretando assim, no julgamento perante a sociedade.

Nunes *et al.* (2021) entrevistou mulheres praticantes de futebol e, através dos relatos delas, é possível constatar que alguns fenômenos se repetem nos relatos, devido aos estereótipos criados sobre as mulheres e a prática do futebol. Um deles, diz respeito a oposição por parte dos familiares a prática do futebol por elas, devido à associação do futebol com masculinidade e homossexualidade. E outro, é que elas apontam a causa do preconceito sofrido nessa modalidade pelo machismo presente na sociedade e a estereotipação dos gêneros.

Salvini e Junior (2016, p. 305) apresentam uma concepção semelhante à de Teixeira e Caminha (2013) e Nunes *et al.*, (2021), quando apontam que “o preconceito que recai sobre a corporalidade e por conseguinte a sexualidade da mulher futebolística é pautado da desconstrução do estereótipo normativo de feminidade”. Relacionam o preconceito sofrido pelas futebolísticas com a forma que elas agem, se vestem, se comportam dentro e fora de campo, que estão fora dos padrões tipicamente femininos.

Seguindo nessa mesma discussão, Salvini, Souza e Júnior (2015, p. 561) através da teoria de ação social do sociólogo Erving Goffman define que:

Por estigma e representações estigmatizantes no contexto do futebol feminino brasileiro, entendemos, em conformidade com Goffman, que os mesmos se constroem pela ausência de caracteres socialmente aceitos e entendidos como de feminilidade nessa prática (tais como: graciosidade, ações delicadas, cuidados de beleza etc). Esse estigma, por sua vez, promove em indivíduos desinformados, preconceitos de cunho sexista frente às mulheres que praticam esse esporte, de modo que as atletas jogadoras de futebol, somente pelo fato de praticarem essa modalidade passam a ser automaticamente caracterizada como desacreditadas do seu papel feminino.

Seguindo esta linha de raciocínio, os autores/as apontam que os estereótipos criados e postos para o gênero feminino, interferem negativamente no futebol, pois se a mulher necessita se enquadrar como feminina, precisa ter algumas características socialmente aceitas, como a graciosidade, delicadeza, cuidados com a beleza e outros. Os sujeitos tendo e mantendo como premissa esses estereótipos frente a mulher, acaba acarretando no preconceito contra as mulheres que adentram esse meio, pois elas acabam sendo desacreditadas da sua própria feminilidade.

Salvini e Junior (2016) e Nunes *et al.*, (2021), dialogam nas suas análises com a concepção de “habitus” elaborado por Pierre Bourdieu, que resumidamente pode ser entendido como “as disposições que determinam as formas de se perceber, sentir, fazer, pensar e agir que levam o agente a determinadas condutas dentro do campo” (JÚNIOR *et al* 2019, p. 128 apud NUNES *et al*, 2021, p. 297). Ou seja, o preconceito estruturado na sociedade influencia diretamente nos esportes e por consequência os “habitus” de quem está envolvido (NUNES *et al*, 2021). Salvini e Junior (2016), ainda dentro das concepções de Bourdieu, reflete que o futebol feminino precisa se aproximar dos habitus femininos de outros espaços sociais, gerando assim, a transformação da oferta para ter uma maior adesão do público.

Salvini, Souza e Júnior (2015) resumem bem essa questão, ao tratar em seu estudo sobre região de fachada, o qual as jogadoras precisam moldar seu comportamento em campo de acordo com os padrões de feminilidade presente na sociedade, para que assim a modalidade possa se desenvolver e ser bem aceita. Pois, manter-se na região de fachada, é passar uma representação de que mesmo jogando futebol, as mulheres podem manter suas características femininas tipicamente aceitas perante a sociedade, a fim de não frustrar as expectativas impostas ao gênero feminino, os “estereótipos”.

No entanto, diante de todo o exposto, podemos resumir que os autores/as apresentam, que o preconceito existente no futebol feminino, não apenas contra as jogadoras, mas sim, com todas as mulheres que se atrevam a se inserir nesse meio tipicamente “masculino”, sofre com o preconceito estruturado na nossa sociedade, devido ao contexto histórico que essa modalidade se desenvolveu no Brasil, assim como, pelos estereótipos criados e impostos sobre os corpos femininos e aos gêneros. Pois, a sociedade tem a necessidade de querer definir como as mulheres devem agir e se comportar, bem como assegurar quais são nossas funções que ainda, infelizmente, são pré-determinadas na sociedade devido ao nosso sexo, como ser mãe e dona do lar.

Esse preconceito encontrado no futebol feminino como menciona Nunes *et al.*, (2021) em seu estudo, acarreta consequências para o desenvolvimento da modalidade no país, como a

pouca procura das meninas para a prática do futebol e dos espectadores. Desencadeando assim, o que os autores/as nomeiam de ciclo, o qual se não tem procura na oferta do futebol feminino os canais midiáticos não transmitem os jogos, gerando pouca visibilidade, por consequência, pouco investimento, baixo patrocínio e pouca remuneração.

Além do mais, Teixeira e Caminha (2013) apontam que os estereótipos frente aos gêneros fazem com que as meninas desacreditem do seu potencial frente ao futebol. Levando também, à exclusão das mulheres destes espaços pelos homens, podemos evidenciar tal questão no estudo de Nunes *et al.*, (2021), onde os autores/as ao questionar em suas entrevistadas se elas sofreram oposição contra a prática do futebol pelas pessoas do seu convívio, uma delas mencionou a exclusão pelos colegas de escola. Teixeira e Caminha (2013) aponta que tal fator ocorre pela ainda associação da mulher com o mito do sexo frágil.

Teixeira e Caminha (2013) ainda discorre, frente aos estudos investigados, que o professor de Educação Física ao não incentivar a participação das meninas e não problematizar tal questão dentro da escola de forma pedagógica nas aulas, está nitidamente, mesmo que de forma não intencional, contribuindo com essa percepção de fragilidade associada às mulheres. Nunes *et al* (2021) refletem em seu estudo, que o professor de Educação Física tem um papel fundamental para inibir comportamentos preconceituosos, pois ele contribui na formação de alunos. Ressaltam, no entanto, a importância de formar professores que serão capazes de propor tais reflexões, pois assim “[...] tais profissionais podem intervir de modo a incutir valores de aceitação de diferenças, e tentar evitar que outras influências construam uma visão de mundo pautada em padrões e estereótipos, sejam de etnia, corpo ideal ou de gênero e sexualidade” (NUNES *et al.*, 2021, p. 301-302).

3.3 CATEGORIAS DE BASE E CALENDÁRIO ESPORTIVO

No decorrer das investigações de (PISANI, 2014; HAAG, 2018; SILVA; SECCO; NAKANO, 2022) indicam que as dificuldades para as mulheres no futebol já iniciam desde a sua inserção nessa prática a sua permanência. Com a falta de escolinhas de futebol destinadas às meninas e principalmente a falta de categorias de base. Percebemos, então, que as oportunidades no futebol se mostram desiguais para as mulheres já na infância, situações essas causadas pela grande desigualdade de oportunidades nas práticas esportivas para meninas e mulheres no Brasil, como aponta Martins e Silva (2000) em outro estudo.

Quadro 3 - Citações dos autores/as sobre a falta de categorias de base no futebol feminino

(PISANI, 2014, p. 6)	“Algumas dificuldades são enfrentadas diariamente para que Ana e suas atletas consigam dar continuidade aos seus trabalhos, como por exemplo: [...] a inexistência de divisão específica de treinos e jogos de acordo com a idade das atletas: adolescentes de 15 anos treinam e jogam ao lado de mulheres adultas”.
(HAAG, 2018, p. 146)	“[...] é possível apontar a precariedade da formação das atletas, pois enquanto os meninos tem escolinhas e categorias de base para iniciarem seu treinamento, as meninas ficam com alternativas precárias”.
(SILVA; SECCO; NAKANO, 2022, p. 8)	“Embora haja apoio social do núcleo familiar para a prática esportiva e o reconhecimento dos avanços alcançados nos últimos anos, ainda é observado alguns desafios para a prática da modalidade, como a falta de suporte, em especial, ao que tange os recursos destinados à formação de novas atletas [...]”.

Fonte: Produção Autoral

As entrevistadas do estudo de Haag (2018) relataram terem iniciado na prática do futebol uma com 6 anos de idade e a outra apenas com 12 anos, ambas expressam terem começado a jogar no meio dos meninos e de forma informal na rua, e quando iniciaram de forma formal em escolinhas também era junto com os meninos. Assim como o estudo de Pisani (2014) que menciona como uma das dificuldades encontradas pelo grupo pesquisado, foi a falta de divisão de treinamento e jogos conforme a faixa etária de cada atleta. E, mesmo que as condições de ingresso no futebol para as mulheres tenham melhorado, as categorias de base ainda apresentam dados deficitários no Brasil (HAAG, 2018).

Pegando como exemplo uma reportagem de Renata Mendonça do site *dibradoras*⁵ para o UOL (2019), a qual reforça essa precarização ao trazer dados relevantes de que no Brasil apenas 475 jogadoras abaixo de 18 anos estavam registradas em clubes, enquanto nos Estados Unidos estavam registradas 1,5 milhões de atletas abaixo desta mesma idade. A jornalista ainda destaca, que nos Estados Unidos se tem 8 categorias de base na Seleção, iniciando o treinamento no sub-14 nos clubes, e as categorias femininas começam com 4 ou 5 anos de idade, enquanto que no Brasil apenas a existência de uma Seleção sub-17 e uma de sub-20.

A algum tempo as literaturas tem se dedicado a explicar sobre esses meios de formação e a sua importância para atletas, pesquisadores apresentam a categorias de base possuindo algumas especificidades como centro de treinamentos contendo a disposição materiais esportivos, academias, profissionais na área, competições, treinamentos físicos, técnicos e táticos (AZEVEDO, 2008 apud CESARIN; CELLA, 2008). Logo, esse meio de formação, bem como as escolinhas de futebol são importantes para a preparação e treinamento de novos atletas

⁵ Um canal de mídia e de produção de conteúdo criado em 2015 para apresentar e representar o protagonismo feminino no esporte. Tem como lema: “Lugar de Mulher é no Esporte”.

(RODRIGO, 2008). Portanto, as autoras Silva, Secco e Nakano (2022) argumentam que se queremos que a modalidade avance e se desenvolva no Brasil, é preciso que haja investimentos em categorias de base e escolinhas na formação inicial de novas atletas.

Nesse sentido, a falta de oportunidades para as mulheres no esporte, está atrelado às condições deficitárias na inserção de meninas no futebol, que acaba por resultar (HAAG, 2018, p. 146) na “precariedade da formação das atletas, pois enquanto os meninos têm escolinhas e categorias de base para iniciarem seu treinamento, as meninas ficam com alternativas precárias. Ou precisam se adequar às escolinhas masculinas [...]”. Ou seja, a formação se apresenta deficitária em níveis técnicos, o que acaba por alimentar comentários de que o futebol feminino é fraco (HAAG, 2018). Assim como também, a exclusão das meninas nos jogos de futebol em diferentes espaços, como nas instituições educacionais.

Recorremos aqui a outros estudos, os quais essa exclusão foi observada e identificada, como no estudo de Lima (2017), o qual apresenta que dos 29 alunos participantes do questionário, 89,64% relatam que os meninos não gostam de dividir a quadra com as meninas durante os jogos nas aulas de educação física, dessa porcentagem 41,37% só não gostam como também as impedem de jogar. Em outro estudo, Aguiar e Borher (2017) entrevistaram 30 alunas do ensino fundamental de uma escola estadual, onde 80% das alunas demonstraram sofrer preconceito quando praticam futebol na escola. Mas essa questão de exclusão, (BATISTA; DRIVE, 2009) não está apenas atrelada ao preconceito, (ALTMANN, 1998) ou a exclusão por gênero, conjuntamente a isso está pela falta de habilidade por parte das meninas na prática do futebol (ALTMANN, 1998; BATISTA; DRIVE, 2009; AGUIAR; BORHER, 2017).

Utilizam, além disso, como argumentos para o não consumo do futebol feminino no Brasil como destaca a jornalista do O GLOBO, Alice (2019), a falta de técnica durante os jogos, com comentários de que a modalidade não apresenta partidas “tecnicamente boas”. Mas, cabe aqui salientar, decorrente da exposição até aqui, que as mesmas habilidades e técnicas, ou a falta das mesmas, que acabam por excluir as meninas do meio futebolístico e de distanciar os espectadores, são negligenciados a elas. No entanto, essa defasagem na técnica cobrada no futebol feminino é fruto da ausência de processos de aprendizado e formação de novos atletas, ou seja, as escolinhas e categorias de base (JÚNIOR, 2013).

Agregado a essa falta de escolinhas e categorias de base, os estudos de (SALVINI; JUNIOR, 2016; HAGG, 2018) indicam também para a falta de um calendário anual de jogos o qual contemple toda a temporada. O calendário esportivo é definido de acordo com Gomes (2009) como um planejamento sistematizado de competições, contendo data e local de onde os

jogos ocorrerão, são organizados pelas federações, comitês, clubes, entre outras organizações esportivas.

No futebol masculino, os estudos recentes buscam propor discussões sobre a grande quantidade de jogos presente nos calendários para os grandes clubes brasileiros (FILHO, 2022), são muitas competições e jogos com pouco tempo entre um e outro, o que acaba por sobrecarregar os atletas que correm sérios riscos de se lesionarem (OSÓRIO *et al.*, 2022). São vários os campeonatos como os Estaduais, Brasileirão, Copa do Brasil, Copa Sul Americana, Libertadores, Supercopa, Mundial de Clubes, etc.

Diferentemente do que acompanhamos no futebol feminino, o qual de acordo com Haag (2018) as competições existentes no futebol feminino brasileiro são poucas, insuficientes, elas vêm aumentando nos últimos anos, mas com jogos que não completam uma temporada inteira. Sem um calendário com competições as atletas acabam sendo mandadas embora dos seus clubes (HAAG, 2018), o que entra em concordância com a análise de Salvini e Junior (2016), onde eles enfatizam que a falta de um calendário com muitas competições e jogos no futebol feminino acaba por acarretar outras problemáticas para a modalidade, como a falta de patrocínio, perda do condicionamento físico das atletas e a não permanência das mulheres no futebol.

Neste contexto, a falta de categorias de base e escolinhas de futebol femininas na iniciação ao futebol, atrelado a falta de um calendário com competições suficientes, prejudica tanto na inserção das meninas nessa modalidade como na sua permanência. E, traz consigo, consequências posteriores que são significativas para a modalidade no país, como na dificuldade de profissionalização das atletas (HAAG, 2018).

3.4 PROFISSIONALIZAÇÃO DO FUTEBOL FEMININO

Outro desafio, que foi mencionado pelas produções analisadas, gira em torno da profissionalização do futebol feminino no Brasil. Dentro dessa problemática, apenas um artigo dentre os selecionados (HAAG, 2018) focalizou o seu estudo a respeito da profissionalização nesse cenário. O mesmo relata e analisa as experiências de ex-jogadoras com o trabalho no contexto do futebol feminino no Brasil. Enquanto, que os outros como (SALVINI; JUNIOR, 2016 e SALES *et. al* 2021) não tem como objetivo de investigação essa análise, mas concomitante às análises de (HAAG, 2018), os autores/as assinalam para uma falta de profissionalização nessa modalidade.

Quadro 4 - Citações dos autores/as sobre a profissionalização no futebol feminino

(HAAG, 2018, p. 144)	“A realidade das atletas brasileiras é marcada por dificuldades em sua atividade profissional, como por exemplo, a desigualdade salarial em comparação com os homens, a informalidade e a precarização dos contratos de trabalho, a ausência de direitos trabalhistas, o desafios de se alcançar a licença-maternidade, os obstáculos na conciliação do trabalho com a esfera doméstica”.
(SALVINI; JUNIOR, 2016, p. 306)	“Nem todas as jogadoras que passam pela seleção conseguem fazer do futebol uma profissão e viver dele. A jogadora 1 diz ainda não ter o futebol como uma profissão e viver dele”.
(SALES <i>et. al</i> 2021, p. 185)	“A visibilidade e a profissionalização para mulheres no futebol ainda é algo distante, sobretudo devido às construções sociais que se tem do masculino e do feminino”.

Fonte: Produção Autoral

A profissionalização de jogadores no futebol brasileiro remete ao governo de Getúlio Vargas (BROCH, 2021), mesma época em que o futebol foi proibido de ser praticado pelas mulheres no país (HAAG, 2018). Por esse contexto histórico, já é de se pensar que a profissionalização do futebol feminino se mostra tardia e desigual ao se comparar ao futebol praticado por homens no Brasil. Autoras como Souza e Martins (2018), argumentam que os homens têm mais possibilidades de se tornarem profissionais no futebol do que as mulheres. Situação essa, que pode ser considerada um dos precursores da desigualdade de gênero no esporte brasileiro (HAAG, 2018).

As jogadoras entrevistadas no estudo de Haag (2018), relataram terem jogado no Brasil sem carteira e contratos assinados, era tudo verbalizado, pois, além do mais, jogavam sem seus direitos trabalhistas, como décimo terceiro e fundo de garantia. Uma das entrevistadas, relata ainda, que quando teve um “contrato formal” foi através de uma bolsa atleta. Semelhante a isso, as jogadoras do estudo de Salvini e Junior (2016), dizem que nem todas conseguem tornar o futebol sua profissão e, aquelas que conseguem precisam trabalhar em outros ramos além do futebol para conseguir se sustentar.

Dentro dessas circunstâncias, o futebol feminino no Brasil de acordo com outros estudos (JÚNIOR, 2013; SOUZA; MARTINS, 2018), pode ser considerado e reconhecido como uma modalidade amadora mesmo ele sendo por lei obrigado a ser uma atividade profissional (SOUZA; MARTINS, 2018). Esse cenário de amadorismo, a qual vivem as jogadoras é devido essa falta de salários, ausência de carteira assinada e a existência apenas de ajudas de custos e ofertas de bolsas, sejam elas de estudos ou bolsas atletas. E, segundo Júnior (2013), manter a modalidade nessas condições traz consequências para o desenvolvimento do futebol feminino.

Dentro desse mesmo pensamento, Haag (2018, p. 148) propôs durante seu estudo tal questionamento: “[...] como definir a atividade profissional delas, marcada por inúmeras especificidades, oriundas de elementos de gênero, trabalhistas e da própria condição das/dos atletas”. Definindo essa atividade como um “trabalho informal”. Apresentando assim, a informalidade através das concepções do cientista político Noronha (2013), que mostra o mesmo vínculo a falta de rendimento, ausência de carteira e contratos assinados. Valendo dessa contribuição, a autora entende que as jogadoras entrevistadas do estudo, prestaram durante sua trajetória com o futebol no Brasil um trabalho informal, não apenas elas, mas todas as jogadoras que jogam no Brasil nestas mesmas condições.

Podemos então compreender a partir da literatura que o futebol feminino no Brasil pode ser considerado uma atividade amadora (JÚNIOR, 2013; SOUZA; MARTINS, 2018) ou uma atividade informal (HAAG, 2018). No que tange essa questão, Haag (2018) nos apresenta a existência no Brasil da lei N° 9615, conhecida como Lei Pelé, que estabelece algumas normativas do desporto de rendimento e apresenta duas concepções de desporto, o profissional e o não profissional:

1o O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado:

I - de modo profissional, caracterizado pela remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre o atleta e a entidade de prática desportiva;

II - de modo não - profissional, identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato de trabalho, sendo permitido o recebimento de incentivos materiais e de patrocínio (HAAG, 2018, p. 151).

Sendo assim, a atividade das mulheres no futebol se enquadra nos desportos de rendimento na II categoria, o não profissional, o qual por lei os jogadores e jogadoras não precisa de contratos de trabalho para a prática, abandonando assim, o termo “amador” por um desporto “não profissional” (HAAG, 2018). Mesmo diante disso, as entrevistadas do estudo de Haag (2018), deixaram evidente em seus relatos que o futebol feminino no Brasil não deixa de ser uma modalidade extremamente amadora. Assim, como para os pesquisadores Salvini e Junior (2016), que descreve a modalidade como sendo tratada de forma amadora pelas próprias organizações responsáveis, sendo elas as confederações, federações e dirigentes.

Essa ideia de amadorismo no futebol feminino inviabiliza que haja investimento dos clubes por falta de interesse (HAAG, 2018) e poucas condições de que as atletas consigam permanecer no futebol por muito tempo e acabam por abandonar o esporte antes do tempo previsto (SOUZA; MARTINS, 2018). Nessas condições que a modalidade se encontra, as jogadoras também não conseguem se dedicar apenas e exclusivamente ao futebol, por não

conseguir sobreviver apenas dele, elas por necessidade acabam combinando o esporte com outras atividades (JÚNIOR, 2013; SOUZA; MARTINS, 2018). E essa incerteza que assombra as mulheres sobre a profissionalização no futebol feminino faz com que elas também conciliem o esporte com os estudos.

De acordo ainda com Pisani (2014), pelas regras da FIFA, as mulheres podem ser consideradas profissionais quando começam a receber para jogar, mas nem sempre o dinheiro recebido consegue arcar com as despesas básicas. O trabalho da mulher na sociedade e no futebol, tem um valor menor que o exercido pelos homens, (HAAG, 2018) a se pensar e comparar por exemplo aos dos jogadores e jogadoras da Seleção Brasileira, como Marta e Neymar, os quais os salários são gritantes de diferença, assim como as premiações do Campeonato Brasileiro Feminino ter 1º da premiação do time campeão do brasileirão masculino. Sendo assim, muitas jogadoras precisam, como mencionado anteriormente, conciliar a carreira esportiva com outras atividades, seja em uma segunda área profissional ou na esfera acadêmica.

Essa questão é apontada por Souza e Martins (2018) como sendo conhecida por ser uma carreira dual, que pode vir a ser uma conciliação que apresenta consequências tanto negativas como positivas. Negativa no ponto de vista de que a atleta não se dedica exclusivamente a prática esportiva se sobrecarregando e, positiva na medida que garante ao atleta uma outra possibilidade de ser empregado.

Toda essa discussão acerca da profissionalização no futebol feminino nos revela algumas questões, principalmente sobre a divisão sexual do trabalho de forma estrutural, o qual se tem o grupo das mulheres e o dos homens, fruto de uma construção social como nos expõe Haag (2018). A vista disso, se tem as profissões consideradas femininas e as profissões consideradas e aptas aos homens na sociedade. Para argumentar sobre, recorreremos aqui ao estudo de Chies (2010), o qual procura dialogar a respeito das mulheres no mercado de trabalho, apresentando que devido às transformações sociais e mudanças nos padrões culturais dos últimos tempos, os homens e as mulheres passaram a ocupar os mesmos setores no mundo do trabalho. No entanto, a autora destaca, que podemos ocupar o mesmos espaços, numa mesma profissão, que as mulheres continuaram sendo menos valorizadas. Como é a realidade das mulheres no futebol brasileiro, o qual é notório que o trabalho delas no futebol tem um valor menor que a dos homens (HAAG, 2018).

Tal questão, pode ser justificada conforme aponta a pesquisadora Chies (2010), ao trazer que:

As profissões construídas historicamente como masculinas são mais valorizadas em comparação com o resquício da gama de profissões consideradas femininas como, por exemplo, dançarina, enfermeira, cozinheira etc. Ao mesmo tempo, quando as mulheres ocupam um espaço em profissões tidas como masculinas, não apenas pela sua construção histórica, mas muitas vezes pela demarcação de pré-requisitos tidos como masculinos (força, resistência e liderança), a força de trabalho dessas mulheres é concebida como inferior (CHIES, 2010, p. 510).

Como vimos anteriormente, neste presente estudo, o futebol é considerado uma prática predominantemente masculina o qual por muito tempo só os homens foram passíveis de praticar, e as mulheres por outro lado, excluídas e segregadas desse meio, o que pode justificar essa inferioridade em relação aos salários recebidos pelas mulheres no campo do trabalho nesse cenário.

Outra questão apontada por Chies (2010), diz respeito a dominação masculina e a subordinação feminina encontrada no campo do trabalho, o qual o homem sempre está no controle das ações. O que nos faz retornar a outra problemática mencionada no decorrer dos estudos de (HAAG, 2018; SALVINI; JUNIOR, 2016; NUNES *et al.*, 2021), que ilustram a falta de mulheres ocupando cargos de maior responsabilidade e destaque no futebol. Demonstrando assim, uma hegemonia masculina na modalidade (HAAG, 2018; NUNES *et al.*, 2021), o qual os cargos nas federações e direção dos clubes são constituídos majoritariamente por homens (SALVINI; JUNIOR, 2016). Sobre isso, Chies (2010, p. 510) nos apresenta a concepção de que:

As mulheres ao terem relativa falta de poder, não somente na tomada de decisões que afetam o grupo social, mas até mesmo em decisões que envolvem diretamente o seu futuro em particular, ocupam o espaço da subordinação. Os homens ao serem os protagonistas do mais antigo sistema de dominação – o patriarcado – ocupam o espaço de maior poder na sociedade.

A falta de incentivo ao futebol feminino vem a ser mais pela falta de gestoras mulheres que assumam o papel de domínio dessas ações, as quais sabem das reais dificuldades vivenciadas e enfrentadas pelas mulheres neste espaço. O que podemos visualizar no estudo de Sales *et al.*, (2021), ao trazerem na sua discussão que para a permanência das mulheres no futebol no contexto analisado, elas mesmas fazem parte e são a diretoria do time, administrando, governando e treinando.

3.5 INVISIBILIDADE MIDIÁTICA CONFERIDA ÀS MULHERES NO FUTEBOL

A noção de invisibilidade e/ou falta de visibilidade apareceu por muitas vezes nas produções como sendo um dos desafios encontrados no futebol feminino no Brasil (TEIXEIRA; CAMINHA, 2013; JANUÁRIO; VELOSO; CARDOSO, 2016; JANUÁRIO, 2017; HAAG, 2018; NUNES *et al.*, 2021; SALES *et al.*, 2021).

Quadro 5- Citações dos autores/as sobre a invisibilidade midiática conferidas às mulheres no futebol

(TEIXEIRA; CAMINHA, 2013, p. 266)	“[...] o futebol feminino parece ser tolerado pela sociedade brasileira, mas ainda não ganhou espaço de visibilidade equivalentes ao futebol maculino, ou mesmo ao futebol feminino em outros países”.
(JANUÁRIO; VELOSO; CARDOSO, 2016, p. 179)	“[...] é possível perceber que, no Brasil, os jogos femininos ainda não caíram no gosto popular. Parte da responsabilidade por esse contexto se deve à mídia, que não estimula, divulga e incentiva a audiência para o futebol feminino”.
(JANUÁRIO, 2017, p. 41)	“Urge a necessidade de uma maior visibilidade da prática do esporte por mulheres na cobertura da mídia”.
(HAAG, 2018, p. 155)	“[...] quando se fala em futebol brasileiro, pensa-se nos homens praticando-o. Há uma invisibilidade do futebol feminino em terras tupiniquins”.
(NUNES <i>et al.</i> , 2021, p. 307)	“Entre as jogadoras de futebol, outros problemas foram citados, como a falta de valorização, visibilidade, investimento e apoio, baixa remuneração, entre outros”.
(SALES <i>et al.</i> , 2021, p. 179)	“Falta ainda à prática do futebol feminino visibilidade midiática, incentivo financeiro e apoio familiar”.

Fonte: Produção Autoral

Para Teixeira e Caminha (2013), o futebol feminino no Brasil ainda não tem a mesma visibilidade que o futebol masculino, tendo como hipótese para isso as relações conflitantes de gênero. Dentro desse mesmo viés, Pisani (2014) apresenta em seu estudo que o futebol é historicamente caracterizado como um espaço inerente ao gênero masculino, sendo assim, as propagandas, reportagens, entre outras matérias envolvendo o futebol, são destinadas a eles.

Louro (1997, sn) expõe que “a segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito [...]”. No entanto, para Sales *et al* (2021), a visibilidade conferida às mulheres no futebol em nosso país, é algo que ainda se configura como algo distante, devido a essas construções sociais impostas para os gêneros. Tal questão pode ser verificada, quando paramos para assistir por

meio da televisão as notícias e os programas esportivos nos canais abertos, é muito raro a presença de reportagens e informações sobre jogadoras e competições.

Esse debate já vem sendo realizado há algum tempo por diversos autores/as, como por Martins e Moraes (2007) ao apresentar por exemplo, que matérias sobre contratações e transferências de jogadores é algo que não acontece comumente no futebol feminino como acontece no futebol masculino. Assim como Kaneshiro (2009), o qual discorre que os jogos de futebol masculino estão presentes todas as quartas e domingos na televisão, sendo transmitido pelos canais abertos e em uma das emissoras mais populares do nosso país, enquanto o futebol feminino só ganha visibilidade em competições internacionais como nas Olimpíadas e durante a Copa do Mundo. O que entra em conformidade com o estudo de Martins e Moraes (2007) que supõem que o futebol feminino só ganha ênfase nos meios midiáticos do nosso país quando estão participando dessas competições, ao fim delas, encerra também, a atenção conferida a elas no futebol.

Segundo Betti (1997), a mídia são meios de comunicação capazes de atingir um grande número de pessoas de forma rápida e simultânea, através da rádio, televisão, jornais e revistas. Para o autor, não há como pensar o esporte na atualidade sem associá-lo à mídia, pois para ele o esporte desde o último século, passou a cumprir funções políticas e econômicas na nossa sociedade. O mesmo se tornou um “esporte espetáculo”, um meio de entretenimento, consumido pelos denominados telespectadores, a mídia então, assume um papel importante na transmissão desses esportes, principalmente por meio da televisão (BETTI, 1997).

Assim sendo, levando em conta que, a mídia está presente em todos os ambientes e contextos com seus meios midiáticos, ela pode exercer assim, grande influência no nosso meio social e cultural, mudando por exemplo nossas preferências e comportamentos sobre algo (HJARVARD, 2012). No entanto, a forma como a mídia retrata e passa sobre o futebol feminino, diz muito sobre como ele é visto e tratado perante a sociedade.

Martins e Moraes (2007, p.71) advogam que a mídia tem um papel de fundamental importância no meio social, “[...] por isto cabe também a nós a identificação e o questionamento de como o esporte está presente nos veículos de comunicação”. Os estudos de Januário, Veloso e Cardoso (2016), assim como as investigações de Januário (2017), focalizam seus estudos a respeito da cobertura da Copa do Mundo de Futebol Feminina, ocorrida em 2015, nos portais pernambucanos. Através dessas investigações, será possível compreendermos como as jogadoras são retratadas e qual o comportamento da mídia sobre o futebol feminino.

Januário, Veloso e Cardoso (2016), verificaram que as notícias conferidas ao futebol feminino, em específico a Seleção Brasileira, na penúltima Copa do Mundo, foram notícias

breves, matérias escassas e um comportamento negligente da mídia para com o mundial feminino, o qual também foi identificado no estudo de Januário (2017). Para as autoras, a partir da contribuição de Bourdieu (2003), tanto o jornalismo, quanto o campo político, sofre influência do mercado. Sendo assim, quando determinados temas não são pautas no mercado, como o futebol feminino, a mídia tende a acompanhar o mesmo (JANUÁRIO; VELOSO; CARDOSO, 2016; JANUÁRIO, 2017).

Como bem nos apresenta Januário (2017, p. 40) ao afirmar que:

O processo de construção dos discursos midiáticos são mediados no social onde se repercute, interesses, lógicas e relações de poder. A construção de sentidos sobre esses discursos e as relações de gênero na sociedade contemporânea, por parte das instituições e fenômenos sociais, como é exemplo o futebol, terminam por atender ao senso comum e contribuindo para a permanência de estereótipos e silenciamento.

Dentro dessa perspectiva de mercantilização, Betti (2001) dialoga que a mídia tende a reproduzir aquilo que atende aos interesses econômicos, o que para eles, vai gerar audiência ao ser passado para os telespectadores. Para o autor, devemos considerar o esporte como sendo da mídia e não ao contrário, não há o esporte na mídia, pois o mesmo passa apenas aquilo que eles acham que o público vai consumir. Sendo assim, sem opção, consumimos aquilo que nos são impostos. Kaneshiro (2009), acrescenta ainda, que a mídia nos passa aquilo que ela quer que vejamos e tenhamos opinião, escolhendo os assuntos e a forma como eles serão abordados e repercutidos.

Outro ponto identificado nas análises de Januário, Veloso e Cardoso (2016) e comentado também por Januário (2017), é sobre as matérias estarem sempre em teor de comparação, entre a Seleção feminina e a Seleção Masculina, tal como, a comparação de jogadoras com jogadores. Para as autoras, ao fazerem essas comparações, a mídia está diminuindo as mulheres na prática do futebol e supervalorizando a prática masculina, como se elas estivessem apenas reproduzindo o que é feito no futebol masculino. Conjuntamente com essas comparações, Januário, Veloso e Cardoso (2016) sinalizam para a presença do sexismo nas matérias analisadas, ao verificarem que:

Em outros casos, a beleza é a palavra de ordem das matérias, como acessório indispensável dentro de campo. Tal fenômeno é reforçado pelo uso de expressões como **musa** e **bela** para se referir às jogadoras, o que fomenta o debate sobre a necessidade de relacionar a mulher à beleza e ignorar seu desempenho profissional, como acontece com os homens.

Para Salvini, Souza e Júnior (2015), os meios de comunicação são utilizados, nesse caso, para destacar os aspectos femininos das jogadoras, que não são perceptíveis por muitas das

vezes dentro do jogo, mostrando assim, que a mulher pode ter seus atributos feminino mesmo jogando futebol. O que para Goellner (2003), citado por Januário, Velloso e Cardoso (2016), dar ênfase na beleza das jogadoras e na erotização dos corpos femininos nessa prática, se sustenta por argumentos de que passar essa imagem atraí espectadores para a modalidade. Porém, passar essa imagem é contribuir para que os corpos femininos sejam objetificados, erotizados e tratados como espetáculo (JANUÁRIO; VELOSO; CARDOSO, 2016).

Contudo, perante o exposto, essa invisibilidade midiática conferida ao futebol feminino no nosso país, pode ser justificada por dois viés que se interrelacionam, sendo pelas relações de gênero que são conflitantes na nossa sociedade, e pelo viés econômico, assim sendo, a mídia é mediada no contexto social e mercadológico. E a não aparição das mulheres no futebol pelos meios de comunicação, resulta, portanto, na contribuição para que elas fiquem esquecidas e as margens nessa modalidade esportiva, assim como, a representação que é passada delas sobre os padrões de beleza, contribuem para a perpetuação dos estereótipos ao corpo feminino.

4. FIFA, CBF E CONMEBOL: POLÍTICAS E LEGALIZAÇÕES DO FUTEBOL FEMININO

No ano de 2016, iniciou-se uma série de medidas para que o futebol feminino crescesse e se desenvolvesse pelo mundo, iniciando pela Federação Internacional de Futebol - FIFA, que é a responsável por supervisionar algumas federações e confederações espalhadas pelo mundo, e responsável também, por organizar e promover algumas competições como a mais importante e almejada por muitas nacionalidades: a Copa do Mundo. Naquele ano, a organização adicionou pela primeira vez a palavra "gênero" no seu estatuto⁶, algo teoricamente simples, mas suficiente para gerar mudanças e fomentar a prática do futebol feminino nacionalmente e internacionalmente. Tal feito, fez com que as confederações e federações associadas à FIFA, promovessem ações voltadas para a prática do futebol pelas mulheres.

O termo "gênero", aparece por cinco vezes no decorrer de todo o documento, uma dessas aparições está no artigo 2 que discorre sobre os objetivos da FIFA, apresentado como um deles, que fará todo o possível para que todos aqueles que queiram praticar o futebol, independente do gênero, esteja nas melhores condições. No mesmo ano e no mesmo artigo, a organização adicionou mais um objetivo que também envolve o futebol feminino: “*fomentar el desarrollo del fútbol femenino y la participación de las mujeres en todos los niveles de gobernanza del fútbol*” (FIFA, 2016, p. 6).

Ainda almejando tais mudanças a fim de promover o desenvolvimento desta modalidade, a FIFA, na pessoa do presidente Gianni Infantino e pela secretaria geral Fatma Samoura, lançou em 2018 uma cartilha denominada "Estratégia de Futebol Feminino"⁷. O documento traça rumos de como a entidade vai trabalhar conjuntamente com as confederações, associações filiadas, clubes e outros envolvidos, para enfrentar e superar os desafios encontrados nesse espaço.

The state of play in women's football today is that the game is both in rude health and in need of fundamental change.[...] FIFA's Women's Football Strategy will empower the organization to take further concrete steps to address the historic shortfalls in resources and representation, while advocating for a global stand against gender discrimination through playing football (FIFA, 2018, p. 4).

⁶ *International Federation of Association Football. Estatutos de la FIFA. FIFA, 2016. Disponível em: <<https://img.fifa.com/image/upload/holroshjvtvd4dhxdmk.pdf>>. Acesso em 11 set. 2022.*

⁷ *International Federation of Association Football. Estratégia de Futebol Feminino. FIFA, 2018. Disponível em: <[//digitalhub.fifa.com/m/baafcb84f1b54a8/original/z7w21ghir8jb9tguvbcq-pdf.pdf](https://digitalhub.fifa.com/m/baafcb84f1b54a8/original/z7w21ghir8jb9tguvbcq-pdf.pdf)>. Acesso em 11 set. 2022.*

A organização possui três metas a serem atingidas, a primeira é fazer com que ocorra um aumento da participação da mulher no futebol, em espaços onde ela já está incluída e também em lugares que o futebol feminino ainda não é praticado. Em segundo, pretende-se aumentar o valor comercial da modalidade, através de uma eficácia na comercialização das competições. E, em terceiro, construir as fundações, desenvolvendo mais locais de treinamento e melhorando as estruturas já existentes. Nos próximos anos a FIFA pretende então “[...] *to grow the game, to get more girls involved in it earlier, to keep more women in the game longer, and to further leverage the empowerment of women and the societal benefits of football*” (FIFA, 2016, p. 2).

Para atingir tais metas e contemplar tal objetivo a FIFA pretende para os próximos anos colocar em prática várias táticas para a modalidade. Táticas essas que se adotadas pelas federações, confederações, entre outros envolvidos, podem contribuir de forma positiva na superação dos desafios citados anteriormente pela literatura. Pois a fim de aumentar a participação das mulheres no futebol, a entidade pretende por exemplo criar academias de futebol feminino com toda estrutura e suporte de treinamento, desenvolver projetos de futebol nas escolas que visa incentivar as meninas a praticarem, criação de novas competições oportunizando que mais mulheres joguem o jogo e avançar na profissionalização da modalidade. Além disso, pretende empoderar as mulheres através do futebol e aumentar a participação das mulheres nos níveis de governança (FIFA, 2016),

São ações que tiradas da teoria e colocadas em prática, contribuem e são de fundamental importância para o desenvolvimento da modalidade pelo mundo e pela superação dos desafios enfrentados pelas mulheres na prática do futebol no nosso país. Facilitando a inserção de meninas na prática do futebol mais cedo e em boas condições, assim como, fomentando a permanência delas nessa prática por mais tempo com todo reconhecimento profissional.

Todas essas estratégias e as alterações citadas anteriormente, que ocorreram no estatuto da FIFA em 2016, tiveram impactos consideráveis no futebol praticado pelas mulheres em solo brasileiro. Isso ocorre, devido ao artigo 22 do estatuto da FIFA anteriormente mencionado, que tem como objetivo descrever o que é direito e obrigação de cada confederação continental, respeitar e fazer valer o seu estatuto, além também, de colaborar para que a organização conquiste seus objetivos propostos. Uma das federações membros da FIFA é a Confederação Sul-Americana - CONMEBOL, que é a responsável por organizar as competições de futebol na América do Sul, no entanto, era de se esperar que a organização se mexesse em relação ao futebol feminino.

Foi o que aconteceu, as medidas começaram no final de 2016, quando a CONMEBOL alterou e promoveu mudanças no seu regulamento de clubes⁸, colocando novas regras para os times participantes das suas competições a serem seguidas a partir de 2019, para que pudessem jogar a Copa Libertadores e a Copa Sul-Americana. Um dos critérios adicionados para os times que queiram ter a licença para as competições promovidas pela entidade, é que os mesmos precisam promover e investir na prática do futebol pelas mulheres nos seus clubes, mantendo um time feminino ou associando a um que já o tenha, tal como a criação de pelo menos uma categoria de base feminina.

O solicitante deverá ter uma equipe principal feminina ou associar-se a um clube que a tenha. Além disso, deverá ter pelo menos uma categoria juvenil feminina ou associar-se a um clube que a tenha. Em ambos os casos, o solicitante deverá providenciar suporte técnico e todo o equipamento e infraestrutura (campo de jogo para a disputa de jogos e treinamento) necessários para o desenvolvimento de ambas equipes em condições adequadas. Finalmente, é exigido que ambas equipes participem de competições nacionais e/ou regionais autorizadas pela respectiva Associação Membro (CONMEBOL, 2018, p. 40 - 41).

A responsável pelo futebol brasileiro a Confederação Brasileira de Futebol - CBF e uma das associações filiadas à CONMEBOL, seguiu no mesmo caminho, também alterando seu regulamento de licença de clubes⁹. Os times para participar das competições promovidas pela CBF, tiveram dois anos para criar ou associar a um time de futebol feminino e de base.

D.11 - Equipe principal feminina

O clube requerente deverá contar com uma equipe principal feminina ou manter acordo de parceria ou associação com um clube que mantenha uma equipe feminina estruturada, da melhor forma que puder desenvolver o esporte. Nesse sentido, o clube requerente idealmente proverá as condições necessárias para o desenvolvimento adequado de referida equipe principal feminina, como, por exemplo, suporte técnico, equipamentos e infraestrutura (campo para treinamento e disputa das partidas oficiais). O clube requerente deverá demonstrar que a equipe principal feminina efetivamente disputa competições oficiais autorizadas pela CBF ou por federações estaduais.

D.12 - Equipes de categorias de base

O clube requerente incentivará o desenvolvimento das categorias de base feminina, e idealmente terá ao menos uma equipe de categoria de base feminina ou manterá acordo de parceria ou associação com um clube que tenha equipe estruturada. O clube requerente proverá as condições necessárias para o desenvolvimento adequado de referida equipe de categoria de base feminina incluindo exemplificativamente suporte técnico, equipamentos e infraestrutura (campo para treinamento e disputa das partidas oficiais). O

⁸ CONMEBOL. Regulamento de Licença de Clubes - Confederação Sul-Americana de Futebol - Edição 2018. Disponível em: < <https://www.conmebol.com/documentos/reglamento-de-licencia-de-clubes-2018/> >. Acesso em 11 set. 2022.

⁹ CBF. Regulamento de Licença de Clubes - Confederação Brasileira de Futebol - Edição 2017. Disponível em: < https://conteudo.cbf.com.br/cdn/201702/20170208174032_0.pdf >. Acesso em 11 set. 2022.

clube requerente deverá demonstrar que referida equipe efetivamente disputa competições oficiais autorizadas pela CBF ou por federações estaduais (CBF, 2017, p. 22).

É inegável, que com essas novas alterações e mudanças feitas pela FIFA, CONMEBOL e CBF, houve um aumento considerável de times de futebol feminino no nosso país, gerando assim, um aumento de meninas e mulheres nesse espaço que, por muito tempo ficou restrito apenas aos homens. Por consequência, um aumento de competições, resultando na existência de um calendário esportivo mais extenso, garantindo assim, maior permanência das mulheres nesse meio.

Em 2019, ano que entrou em vigor estas novas normativas, dos 20 times participantes do Campeonato Brasileiro daquele ano, apenas 7 deles possuíam um time de futebol feminino estruturado no clube (Ceará, Corinthians, Flamengo, Grêmio, Internacional, Santo e Vasco), sendo assim, 13 dos 20 clubes precisaram reagir e adequar as novas regras estabelecidas pela CBF para estarem aptos a participar das competições (ALVES, 2019). Ou seja, são mais times de futebol feminino e, sendo praticado em clubes do alto escalão do futebol brasileiro, trazendo assim mais visibilidade para a modalidade.

Estes aumentos de times, ocasionou de forma positiva, alterações por parte da CBF nas competições femininas. Até 2016, existia apenas uma divisão do Campeonato Brasileiro Feminino e, a disputa da Supercopa, logo, foi criada a segunda divisão A2 e, em 2022 criada a terceira divisão A3, no total são agora 64 equipes distribuídas nas três divisões, passando também a existir o Campeonato Brasileiros de Base, sendo disputado pelo Sub-17 e Sub-20 (CBF, 2023).

Com essas informações, nota-se que foi importante a obrigatoriedade de os clubes terem um time de futebol feminino, pois, caso contrário, talvez não teriam. Mas, é importante salientar, que a modalidade deve ser tratada não pensando apenas em cumprir com os requisitos para a liberação do requerimento da licença de clubes, os dirigentes e coordenadores precisam estar interessados no desenvolvimento da modalidade, a fim de minimizar os desafios por elas enfrentados. Mas, o que fica perceptível é que muitos desses clubes se agarram apenas a cumprir as regras para que o time masculino não saia prejudicado, sem ter perspectiva com o futebol feminino.

No estudo de Penna (2022), em sua análise, ela descreve que apesar de o Campeonato Brasileiro Feminino de 2019 série A1 e A2, terem contado com número inédito de times participando, sendo no total cinquenta e duas equipes, apenas oito dessas equipes possuíam contrato profissional com todas as atletas. Expondo então, que muitas dessas equipes ainda

tratam o futebol feminino como uma prática amadora, apesar de elas estarem realizando a mesma atividade que a equipe masculina. Segundo a autora ainda, o maior desafio do futebol feminino gira em torno da profissionalização, por que apenas com a profissionalização da modalidade é possível que ocorra o desenvolvimento dela em todos os âmbitos.

Outra questão que deve ser apontada, é o que exemplifica a atitude de clubes estarem apenas cumprindo com uma lei imposta, é o que acontece hoje com o time do Ceará Sporting Club. A equipe conseguiu o acesso à série A1 do Campeonato Brasileiro feminino em 2022, mas paralelo a esse feito, o time masculino foi rebaixado para a série B do brasileirão, contenção de gastos precisou acontecer, e como era de se imaginar, quem sofreu as consequências foi o time feminino. O qual, teve as atletas e comissão técnica dispensadas, e para a série A1 de 2023 que representa a elite da modalidade no país, colocou em campo o time de base, o descaso dos dirigentes com a modalidade no clube, acabou expondo as meninas ao ridículo, já que estão sendo aplicadas contra elas placares muito elásticos, iniciando com uma derrota de 14 x 0 para o Corinthians, esse, atual campeão do campeonato (NINA, 2023).

Tal obrigatoriedade, nos mostra, então, dois lados da moeda, lados com realidades totalmente distintas. De um lado, clubes que investem e se preocupam verdadeiramente com a modalidade, já do outro lado, são clubes que veem a modalidade apenas como geradora de gastos, quando essas duas realidades diferentes se enfrentam, acontece o que está acontecendo com o time do Ceará, são aplicadas muitas goleadas e, o nível técnico e tático se mostra desigual. Manter o futebol feminino nessas condições, acaba reforçando e alimentando ainda mais os julgamentos e preconceitos contra a prática do futebol pelas mulheres, atraindo assim, uma visão ruim da modalidade e comentários de que o “gol deveria ser menor”, ou, “o tempo deveria ser mais curto” e ainda que o “futebol feminino é uma várzea”.

O discurso dos dirigentes da CBF nos últimos anos, é de que o futebol feminino é prioridade no momento para a organização, e de fato estamos presenciando várias mudanças para fomentar o crescimento da modalidade no país, como o aumento das competições, fortalecimento dos campeonatos de base, a igualdade das diárias da Seleção Feminina com a Seleção Masculina e, o aumento da premiação do Campeonato Brasileiro Feminino. Mas ainda assim, a própria CBF trava o desenvolvimento da modalidade, quando, por exemplo, em ano de Copa do Mundo as atividades das seleções de base não estão acontecendo.

A Copa do Mundo de Futebol Feminino, na França, em 2019, bateu recordes de audiência, sendo a copa feminina mais assistida da história da competição, contou com cerca de 993,5 milhões de espectadores (PENNA, 2022). Dados esses, que impulsionam e geraram interesse por parte da mídia em transmitir os jogos femininos, a Globo, um dos maiores canais

de comunicação da tv brasileira, passou a transmitir com frequência os jogos da Seleção Feminina, seja jogos oficiais ou amistosos. Além disso, a emissora adquiriu o direito junto a CBF de transmitir o Campeonato Brasileiro da série A1 de 2023, que anteriormente era transmitido pela rede bandeirantes.

Mas, como nem tudo são flores para as mulheres no futebol, tal feito, que era de se comemorar, fez com que a modalidade ficasse mais ainda na invisibilidade. Pois, a emissora passa os jogos no SporTV, um canal filiado a Globo, mas adquirido apenas por assinatura, nem todos tem acesso, e transmite apenas dois jogos por rodada, está previsto para ser transmitido na emissora em canal aberto apenas na fase do “mata-mata” da competição (NUNES, 2023). Isto é, o que era para ser comemorado e considerado um avanço, acaba sendo um retrocesso, tirar a transmissão de uma emissora que se propunha a transmitir os jogos no canal aberto a todos, para passar em um que não é acessível.

Assim, apesar de o futebol feminino estar vindo numa crescente e se desenvolvendo de forma considerável no Brasil nos últimos anos, muita coisa ainda precisa ser feita, mudada e revista, principalmente, na questão de pensamento e atitudes da gestão de clubes e da própria organização da CBF.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desse estudo possibilitou caracterizar, à luz da produção de conhecimento acadêmica, os desafios enfrentados pelo futebol feminino no Brasil, bem como descrever e comentar sobre as medidas, políticas e legalizações adotadas pelas organizações responsáveis por gerir o futebol nos últimos anos para promover o desenvolvimento da modalidade. Para atingir este propósito, foi descrita a história do futebol feminino no Brasil, a identificação e análise dos desafios, e as estratégias organizacionais do futebol a respeito da modalidade.

Para construir o trabalho, foi usado da metodologia de pesquisa bibliográfica, que em palavras de fácil entendimento, consiste em usar a literatura que já existe, para que possa construir uma análise de um determinado assunto, a partir dos argumentos que são encontrados na literatura.

Conseguimos perceber, que falar sobre a história do futebol feminino no Brasil, é se esbarrar em um contexto de exclusão, segregação, lutas e resistência por parte das mulheres. Todos os anos de controle aos corpos femininos e as proibições de algumas modalidades esportivas consideradas incompatíveis com o gênero feminino, acarretou na estigmatização tanto das mulheres como do futebol, o que acaba dificultando a vida desse grupo nessa prática. E, em relação ao nosso objetivo, a literatura nos revela que são muitos os desafios que as mulheres encontram na prática do futebol no dito “país do futebol”, que vão da sua inserção a sua permanência. Desafios esses que inviabilizam o crescimento da modalidade.

O primeiro percebido e identificado nos estudos é o preconceito contra as mulheres nessa prática, que é apontado como o precursor de todos os outros desafios. O segundo é sobre a formação de novos atletas com a falta de categorias de base e escolinhas destinada ao público feminino e, também a escassez de competições. O terceiro diz respeito à profissionalização do futebol feminino que ainda pode ser considerado de acordo com os autores/as como uma modalidade amadora e um trabalho informal. E por último, a falta de visibilidade que a mídia brasileira confere ao futebol feminino.

E embora as organizações supracitadas tenham se movimentado em relação à modalidade no país e com isso avanços tenham acontecido nos últimos anos, o futebol feminino no Brasil ainda se encontra às margens. Pois nem sempre essas movimentações trazem mudanças nos espaços sociais de forma por exemplo a colocar a mulher como protagonista desse esporte que por hora é um status dado aos homens.

No entanto, conclui - se que as mulheres ainda encontram desafios na prática do futebol feminino no Brasil e que ainda há muito a se fazer. Valorizar mais, incentivar mais, apoiar mais, maiores investimentos, para que assim, possamos num futuro breve, ter a consolidação do futebol feminino no Brasil. Livre de preconceitos, desafios e de qualquer outra desigualdade de gênero.

Reconheço que houve limitações no estudo no que tange a ter como descritor apenas a palavra chave “futebol feminino”, o que limita e restringe bastante o número de opções de literaturas encontradas. Além disso, é possível sinalizar a existência de muitas pesquisas que colocam como reflexão a participação da mulher no futebol, o qual os/as autores/as procuram por identificar, analisar e refletir sobre os desafios e obstáculos no futebol feminino. Tornando assim necessário que outras pesquisas coloquem como análise outros pontos do futebol praticado pelas mulheres para além desses, como o desempenho e os benefícios dessa prática para esse grupo.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. Rompendo fronteiras de gênero: Marias (e) homens na educação física. 1998.

ALVES, Camila. Montar time feminino é exigência para equipes da série A 2019; veja situação dos clubes. *Ge*, 2019. Disponível em: < <https://ge.globo.com/futebol/noticia/montar-time-feminino-e-exigencia-para-equipes-da-serie-a-2019-veja-situacao-dos-clubes.ghtml> > Acesso em: 3 jun. 2023.

BANDEIRA, Gustavo Andrada; SEFFNER, Fernando. Futebol, gênero, masculinidade e homofobia: um jogo dentro do jogo. **Espaço Plural**, v. 14, n. 29, p. 246-270, 2013.

BATISTA, Renata Silva; DEVIDE, Fabiano Pries. Mulheres, futebol e gênero: reflexões sobre a participação feminina numa área de reserva masculina. **EFDeportes. com, Buenos Aires**, v. 14, n. 137, 2009.

BETTI, Mauro. Esporte na mídia ou esporte da mídia?. **Motrivivência**, n. 17, 2001.

BETTI, Mauro et al. **A janela de vidro: esporte, televisão e educação física**. Campinas, Brasil: Papyrus Editora, p. 31-34, 1998.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Planalto: Portal Oficial da Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/de13199.htm>. Acesso em: 24 jun. 2023.

BROCH, Marina. Histórico do futebol feminino no Brasil: considerações acerca da desigualdade de gênero. **Temporalidades**, v. 13, n. 1, p. 695-705, 2021.

CASARINI, Rodrigo Vicenzi; CELLA, Marcos Teonisto. Análise das Seções de Treinamento de Futebol entre Categorias de Base e Escolinhas. 2008.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. Papyrus Editora, 1988.

CBF. Regulamento de Licença de clubes. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://conteudo.cbf.com.br/cdn/201702/20170208174032_0.pdf > Acesso em: 11 set. 2022.

CBF. CBF divulga calendário de competições femininas 2023. CBF, 2023. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/futebol-brasileiro/noticias/index/cbf-divulga-calendario-de-competicoes-femininas-2023> > Acesso em: 3 jun. 2023.

CONMEBOL. Regulamento de Licença de Clubes. 2018. Disponível em: <<https://www.conmebol.com/documentos/reglamento-de-licencia-de-clubes-2018/>>. Acesso em: 11 set. 2022.

CHIES, Paula Viviane. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 02, p. 507-528, 2010.

CRAVO, Alice. Por que tanta gente diz que o futebol feminino não é tecnicamente bom? Especialistas explicam. O GLOBO, 18 de Jun. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/por-que-tanta-gente-diz-que-futebol-feminino-nao-tecnicamente-bom-especialistas-explicam-23745983> . Acesso em: 2 mai. 2023

DA ROSA, Marcelo Victor; DE OLIVEIRA SOUZA, Marizete; BORGES, Andrey Monteiro. Preconceito contra a mulher na educação física escolar no nono ano. **Revista Prâksis**, v. 1, p. 102-117, 2020.

DA SILVA SALES, Reinaldo Eduardo et al. Relações de Gênero e Empoderamento do Futebol Feminino. **Revista Científica Gênero na Amazônia**, n. 19, p. 177-186, 2022.

DA SILVA, Gisele Maria; SECCO, Heloíse Aparecida; NAKANO, Tatiana Cássia. Percepção das atletas do futebol feminino em relação à prática da modalidade no Brasil. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento** , v. 11, n. 7, pág. e3511729418-e3511729418, 2022.

DE AGUIAR, Fabiane França; BORHER, Érica Dias de Souza. A relação de gênero no futebol escolar. **REVISTA DE TRABALHOS ACADÊMICOS–UNIVERSO BELO HORIZONTE**, v. 1, n. 2, 2017.

DE SOUZA, Ana Claudia Ferreira; MARTINS, Mariana Zuaneti. O paradoxo da profissionalização do futsal feminino no Brasil: entre o esporte e outra carreira. **Pensar a prática**, v. 21, n. 1, 2018.

DOS SANTOS PIMENTEL, Écliton; MEZZADRI, Fernando Marinho. O Estado Novo e a concepção de esporte no Decreto Lei 3199 de 1941.

FIFA. Estatuto de la FIFA. 2016. Disponível em: <<https://img.fifa.com/image/upload/holroshjtvutd4dhxdmk.pdf> >. Acesso em 11 set. 2022.

FIFA. Estratégia de Futebol Feminino. 2018. Disponível em: <[//digitalhub.fifa.com/m/baafcb84f1b54a8/original/z7w21ghir8jb9tguvbcq-pdf.pdf](https://digitalhub.fifa.com/m/baafcb84f1b54a8/original/z7w21ghir8jb9tguvbcq-pdf.pdf) >. Acesso em 11 set. 2022.

FRANZINI, Fábio. Futebol é " coisa para macho"?: Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista brasileira de história**, v. 25, p. 315-328, 2005.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista brasileira de educação física e esporte**, v. 19, n. 2, p. 143-151, 2005.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. **Pensar a prática. Goiânia. Vol. 8, n. 1 (jan./jun. 2005), p. 85-100**, 2005.

GOELLNER, Silvana Vilodre. “As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte”: esporte, eugenia e nacionalismo no Brasil no início do século XX. **Recorde: revista de história do esporte. Rio de Janeiro. Vol. 1, n. 1 (jun. 2008), p. 1-28**, 2008.

GOMES, Antonio Carlos. **Treinamento desportivo: estruturação e periodização**. Artmed Editora, p.42-50, 2009.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. Dicionário crítico de educação física. **Unijuí**, 2008.

HAAG, Fernanda Ribeiro. “O futebol pode não ter sido profissional comigo, mas eu fui com ele”: trabalho e relações de sexo no futebol feminino brasileiro. **Mosaico**, v. 9, n. 14, p. 142 - 160, 2018.

HJARVARD, Stig. Mídiação: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Matrizes**, v. 5, n. 2, p. 53-61, 2012.

HOLLANDA, Aurélio Buarque Ferreira de. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4 Ed. Curitiba: Positivo, 2009.

JANUÁRIO, Soraya Barreto. Marta em notícia: a (in) visibilidade do futebol feminino no Brasil. **FuLiA/UFMG**, v. 2, n. 1, p. 28-43, 2017.

JANUÁRIO, Soraya Barreto; VELOSO, Ana Maria da Conceição; CARDOSO, Laís Cristine Ferreira. Mulher, mídia e esportes: a copa do mundo de futebol feminino sob a ótica dos portais de notícias pernambucanos. **Eptic**, v. 18, n. 1, p. 168-184, 2016.

KANESIRO, Marina Hanita. Mídia e futebol feminino: indiferença e distorções. p. 8-20, 2009.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologias científicas**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Deisiane Ribeiro. A participação feminina no futebol nas aulas de Educação Física Escolar: Por quê não?. 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**, v. 19, p. 17-23, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: vozes, 1997.

MAIOR, Alex Souto; MEZIAT-FILHO, Ney; OSÓRIO, Ailton Teixeira. INCIDÊNCIA DE LESÕES E/OU DORES MUSCULOESQUELÉTICAS E FATORES ASSOCIADOS EM EQUIPES DE FUTEBOL PROFISSIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DURANTE O CAMPEONATO BRASILEIRO SÉRIE A DE 2018. *Revista Brasileira de Ciência e Movimentos*, v. 30, n. 2, 2022

MARTINS, Mariana Zuaneti; SILVA, Bruna Saurin. Incorporar meninas nas aulas de esporte: pensando possíveis articulações entre os estudos de gênero e a pedagogia do esporte. **Pensar a prática**, v. 23, 2020.

MARTINS, Leonardo Tavares; MORAES, Laura. O futebol feminino e sua inserção na mídia: a diferença que faz uma medalha de prata. **Pensar a Prática**, v. 10, n. 1, p. 69-82, 2007.

MENDONÇA, Renata. Estudo da FIFA mostra descaso de anos do Brasil com o futebol feminino. **Uou**, 16 de jul. 2019. Esporte. Disponível em:

<https://dibradoras.blogosfera.uol.com.br/2019/07/16/estudo-da-fifa-mostra-descaso-de-anos-do-brasil-com-o-futebol-feminino/> . Acesso em: 2 mai. 2023

MOURA, Eriberto José Lessa de. As relações entre lazer, futebol e gênero. 2003.

MOURÃO, Ludmila. Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas: da segregação à democratização. **Movimento**, v. 6, n. 13, p. 5-18, 2000.

MORESI, Eduardo et al. Metodologia da pesquisa. **Brasília: Universidade Católica de Brasília**, v. 108, n. 24, 2003.

NINA, Roberta. Pouca visibilidade e goleadas discrepantes marcam a rodada inicial do Brasileirão. Dibradoras, 2023. Disponível em: < <https://dibradoras.com.br/2023/02/27/pouca-visibility-e-goleadas-discrepantes-marcam-a-rodada-inicial-do-brasileirao/> > Acesso em: 3 jun. 2023.

NUNES, Tainá et al. “Coisa de menina” e “coisa de menino”? Uma leitura do preconceito de gênero pela perspectiva dos praticantes de balé clássico masculino e futebol feminino. **Sociologias Plurais**, v. 7, n. 3, 2021.

NUNES, Cecília Franco Paes. QUESTÕES DE GÊNERO E A PROIBIÇÃO DO FUTEBOL FEMININO NO BRASIL PELO DECRETO-LEI Nº 3.199/1941. **Revista Direito e Sexualidade**, p. 126-148, 2022.

NUNES, Maira. Falta visibilidade para elas no Brasileiro, ‘sobra’ no Paulista: como melhorar?. Dibradoras, 2023. Disponível em: < <https://dibradoras.com.br/2023/03/14/falta-visibility-para-elas-no-brasileiro-sobra-no-paulista-como-melhorar/> > Acesso em: 3 jun. 2023.

PENNA, Maria Eduarda Strauss Moreira. Os mecanismos de incentivo à formação de atletas aplicados ao futebol feminino. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito)– Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

PISANI, Mariane da Silva. Futebol feminino: espaço de empoderamento para mulheres das periferias de São Paulo. **Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, n. 14, 2014.

RAMOS FILHO, L. A. O. Proposta de organização do calendário do futebol profissional brasileiro. *Revista Brasileira de Futebol (The Brazilian Journal of Soccer Science)*, v. 15, n. 3, p. 87-91, 2022.

RODRIGUES, Francisco Xavier Freire. A formação do jogador de futebol no Sport Club Internacional:(1997-2002). 2003.

SALVINI, Leila; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. “Guerreiras de chuteiras” na luta pelo reconhecimento: relatos acerca do preconceito no futebol feminino brasileiro. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 30, p. 303-311, 2016.

SALVINI, Leila; SOUZA, Juliano de; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. Entre fachadas, bastidores e estigmas: uma análise sociológica do futebol feminino a partir da teoria da ação social de Erving Goffman. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 29, p. 559-569, 2015.

SALVINI, Leila; JÚNIOR, Wanderley Marchi. Uma história do futebol feminino nas páginas da Revista Placar entre os anos de 1980-1990. **Movimento**, v. 19, n. 1, p. 95-115, 2013.

SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira de. Futebol como projeto profissional de mulheres: interpretações da busca pela legitimidade. 2013.

TEIXEIRA, Fábio Luís Santos; DE OLIVEIRA CAMINHA, Iraquitã. Preconceito no futebol feminino brasileiro: uma revisão sistemática. **Movimento**, v. 19, n. 1, p. 265-287, 2013.